



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 034

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Luiz Nishimori
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 034

32ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Designação..... 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Péricles de Mello..... 15

Grande Expediente:

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 17

Dra. Joeci Camargo

Juíza 4ª Vara de Família..... 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 21

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 22

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 25

Discussão / Votação:

2ª Discussão (Votação) 26

2ª Discussão 28

1ª Discussão 28

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 35

DIÁRIO Nº 034

32ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

24 DE ABRIL DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Stephanes Júnior e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti

Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do

Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 056/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

005/07: de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica, localizados no município de Mangueirinha, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o qual convertido em Lei tomou o nº 15474. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob os nºs CTL/CC 030, 032, 034 e 036/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que as Indicações Legislativas nºs 257, 256, 255 e 254 respectivamente, foram encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidas as necessárias análises do assunto versado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 040, 042, 046, 048, 050, 052 e 054/07 da Sra. Jussara Borba Gusso, Chefe da Casa Civil do Estado, em exercício, comunicando que as Indicações Legislativas nºs 261, 258, 266, 270, 267, 260 e 253 respectivamente, foram encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidas as necessárias análises do assunto versado. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 075/07

SÚMULA:

Propõe convênio entre a Prefeitura Municipal de Nova Tebas e a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná para calçamento de rua.

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) O calçamento de aproximadamente 400 metros na Rua Minas Gerais, situada no município de Nova Tebas/PR.

2) A solicitação justifica-se em virtude que neste trecho está instalada a indústria de laticínio Fama de Nova Tebas, a qual atualmente recebe em torno de 19 mil litros de leite por dia.

Este trecho sem calçamento torna-se dificultoso principalmente nos dias de chuva, haja vista que os veí-

culos que transportam leite, encontram dificuldades para chegarem até a indústria.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 076/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e à Secretária da Cultura a criação de Biblioteca Cidadã no município de Paranavaí.

Sr. Governador do Estado do Paraná, Sra. Secretária da Cultura.

Paranavaí é, atualmente, pólo regional de educação na região noroeste do Paraná, fato que possibilita aos milhares de moradores das cidades que compõem essa microrregião, a qual atende 35 (trinta e cinco) municípios, disporem de estrutura educacional que fornece importante subsídio à formação desses estudantes. Ocorre que há procura elevada, por parte dos estudantes primários e secundários, de bibliotecas públicas que disponibilizem material para consulta e leitura, procura essa que constitui demanda que não pode ser suprida somente pela Biblioteca Pública Municipal de Paranavaí, razão pela qual se propõe ao Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação a implantação de uma Biblioteca Cidadã no município de Paranavaí e o funcionamento de curso de capacitação e atualização para os funcionários das bibliotecas dos municípios de Paranavaí e da microrregião noroeste.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Além de atender demanda mais do que premente dos estudantes primários e secundários de Paranavaí e região, a implantação de uma nova biblioteca e o estabelecimento de curso de atualização para funcionários das bibliotecas já instaladas em Paranavaí e na microrregião noroeste do Paraná, constituirá incentivo imprescindível para elevar seja a formação dos estudantes, seja a motivação dos funcionários a novos patamares de desenvolvimento, aperfeiçoamento mão-de-obra que lida com setor da educação tão importante quanto a escola na formação dos estudantes e que, todavia, por vezes foi negligenciado, quando não esquecido, pelos programas de formação e aperfeiçoamento de pessoal.

Demais, sabe-se que os livros, a matéria-prima de que se compõe o acervo de uma biblioteca, precisa ser constantemente atualizado e aumentado, de modo que possibilite e descortine a todos quanto dele fazem uso novas possibilidades de conhecimento e a ampliação do horizonte de consciências dos estudantes e funcionários.

INDICAÇÃO Nº 077/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Supe-

rior a criação do curso de Direito na Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras - FAFIPA, de Paranavaí.

Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Paranavaí é, atualmente, pólo regional de educação na região noroeste do Paraná, fato que possibilita aos milhares de moradores das cidades que compõem essa microrregião, a qual atende 35 (trinta e cinco) municípios, concluírem seus estudos superiores sem terem de se deslocar para regiões mais distantes e com custos significativamente reduzidos. Ocorre que há procura elevada por parte dos estudantes pelo curso de Direito, o qual não faz parte da grade de cursos oferecidos pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras - FAFIPA, única faculdade estadual a funcionar no município, e tampouco é oferecido por faculdades particulares que funcionam nesse município, razão pela qual, por meio desta indicação, propõe-se ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior seja implantado na FAFIPA o curso de Direito.

Sala das sessões, em 24.04.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Funcionou em Paranavaí, em instituições privadas, curso de Direito que, contudo, teve que ser fechado por falta de autorização para funcionamento do Ministério da Educação - MEC. Esse curso era o mais procurado daquela instituição e, após seu fechamento, continua a ser um dos mais escolhidos pelos estudantes daquela microrregião no vestibular, os quais, na maior parte das vezes, vêem seu sonho frustrado pela impossibilidade material de arcar com todas as despesas envolvidas na possibilidade de cursar Direito em universidades ou faculdades fora do município de Paranavaí.

Não bastasse isso, desde o fechamento do curso que funcionou na instituição privada, existe um quadro notável de professores de Direito que vivem em Paranavaí e região e estão ociosos.

Há, pois, a presença de todos os fatores necessários para implantação desse curso no município, medida que, diante do exposto, se implantada for, constituirá mais do que uma conquista para o povo da região, uma efetiva realização de justiça social. Porquanto, a presença desse curso na FAFIPA, uma instituição pública, oferecerá igualdade de oportunidades a todos os estudantes que têm o sonho de cursar Direito, independentemente das limitações financeiras ou geográficas que eles tenham de enfrentar.

INDICAÇÃO Nº 078/07

SÚMULA:

Solicita a imediata instituição de amplo programa de prevenção à hepatite dos tipos A, B e C, e à cirrose hepática.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário Estadual de Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) seja com urgência, instituído um amplo programa de prevenção à hepatite dos tipos A, B e C e também à cirrose hepática.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois estas doenças são de fácil prevenção e simples tratamento, quando descobertas em sua fase inicial, bastando o incentivo ao exame de sangue.

INDICAÇÃO Nº 079/07

SÚMULA:

Solicita o recapeamento asfáltico da Rua Mato Grosso (estrada velha Curitiba-Campo Largo).

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot - Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) seja recapeada a Rua Mato Grosso (estrada velha que liga Curitiba a Campo Largo), nos municípios de Curitiba e Campo Largo, trecho que se inicia junto à Volvo do Brasil no viaduto da Avenida JK, até Timbo-tuva, num trecho aproximado de 14 quilômetros.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois esta via de ligação é uma das mais importantes e possui um movimento muito grande de veículos e ônibus (mais de 8 linhas de ônibus), sendo que a região está em pleno crescimento, possuindo cerca de 20 mil habitantes, além de favorecer a segurança e o turismo na região.

INDICAÇÃO Nº 080/07

SÚMULA:

Solicita a criação de um programa de policiamento comunitário utilizando-se os guardadores de carros em vias públicas.

Ao Exmo. Coronel Nemésio Xavier de França - Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Comandante para solicitar o seguinte:

1) seja criado um programa de treinamento dos guardadores de carro (flanelinhas) para atuarem como "olheiros" nas ruas das cidades paranaenses.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois tais pessoas podem contribuir como parceiros no policiamento comu-

nitário, aprendendo técnicas para identificar movimentação de criminosos e situações de risco no dia-a-dia e aprender a comunicar à polícia tais eventos.

Poderia ser utilizado o modelo de projeto adotado pela Polícia Militar de Goiás, em que além do curso de 4 horas, os “flanelinhas” são cadastrados e recebem coletes, crachás e bonés para identificação.

INDICAÇÃO Nº 081/07

SÚMULA:

Sugere a construção da cobertura da quadra esportiva, na Escola Estadual Presidente Kennedy, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - sugere a construção da cobertura da quadra esportiva, na Escola Estadual Presidente Kennedy, no município de Maringá;

II - estamos apresentando a presente indicação, atendendo inúmeras solicitações da comunidade maringense, e que há muito reivindica a construção da cobertura na quadra.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) DR. BATISTA

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa a Sra. Deputada Cida Borghetti, para representar esta Casa de Leis no IX Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, nos dias 26 e 27 de abril de 2007, na cidade de Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 971

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 047/07, item 02 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 986

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 087/07, item 04 da Ordem do Dia de hoje - tendo em vista que o autor não estava presente no Plenário, conforme usos e costumes adotados pela presidência desta Casa de leis - seja novamente colocado em votação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 954

Senhor Presidente:

Anualmente, os municípios de Londrina e Cambé unem-se, oficialmente, através dos Poderes Executivo e Legislativo, para comemorar, no dia 03 de maio, o dia da Soka Gakkai.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, seja designado um representante desta Casa de Leis, para participar de tão significativo ato, no próximo dia 03 de maio, às 20h, na sede da Associação Brasil SGI, em Londrina.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 958

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o envio de ofício ao professor e Vereador Tuíca Zorzi, comunicando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto de Oliveira.

O Sr. Ernesto foi um pioneiro de Santa Isabel do Ivaí, um dos seus primeiros barbeiros e também irmão de Juvenil de Oliveira, um dos primeiros alfaiates daquela cidade.

O Deputado subscritor do presente requerimento, entende como necessário o registro solicitado, para reverenciar pessoas que como Ernesto participaram do desenvolvimento de uma cidade, nos anos difíceis da sua colonização.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 959

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Alixina Meduna Rebello, ocorrido no dia 21 de abril próximo passado, em Curitiba.

A extinta era mãe da Sra. Maria do Rocio Ribeiro, colaboradora do Deputado subscritor, na área social.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Requer ainda à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, o envio de correspondência dando conta dessa iniciativa à Sra. Maria do Rocio Ribeiro, residente à Rua Zen Bartapelli, 520 - CEP 82030-430, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.04.07.
(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Dorília Soares de Lima, amada e respeitada senhora da comunidade do Núcleo Rio Verde, ocorrido na data de hoje.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, Rua Almirante Barroso nº 3031, Núcleo Rio Verde, CEP 84020-030, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 24.04.07.
(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 962

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ivanilda Beguetto, aos 67 anos de idade, ocorrido no município de Pinhais.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 24.04.07.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 953

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Moreira Salles, pela comemoração do seu 47º aniversário.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Hugo Berti, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Daniel Pacor, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 24.04.07.
(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com grandes festividades, o município de Moreira Salles estará comemorando, nos eventos que serão realizados na 23ª Fest Salles, de 27 a 30 do corrente, seu 47º aniversário.

Histórico

Em 1950, João Moreira Salles adquiriu área de terras nesta região, pois sua intenção era colonizar sua propriedade, e paralelamente abrir parte de sua fazenda e plantar café. Como primeira providência, enviou para o local os seguintes desbravadores: Eurydes Romano, Joaquim Caetano de Lima, Benedito Mendes Ribeiro, Ângelo Lisi, Hélio Moreira Salles e José Carlos Moreira Salles.

O projeto da cidade foi do Dr. Hélio Bittencourt, auxiliado pelo Dr. Thelen e Dr. João Ducini. O supervisão dos trabalhos de preparo do local da cidade estava a cargo do Sr. Lincoln. Em 1953, João Moreira Salles fez visita ao povoado, pois desde que adquirira a gleba ainda não havia ido ao lugar.

Em 14 de dezembro de 1953, pela Lei nº 1542, foi criado o Distrito Judiciário. A Lei nº 4245, de 25 de julho de 1960, criou o município de Moreira Salles, com território desmembrado de Campo Mourão e Goioerê. A instalação deu-se dia 30 de novembro de 1961.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Moreira Salles na festiva data da comemoração do seu 47º aniversário.

REQUERIMENTO Nº 963

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao atleta Vanderlei Cordeiro de Lima que venceu, no dia 21 de abril, a 33ª Prova Rústica Tiradentes de Maringá, e foi convocado pela Confederação Brasileira de Atletismo - CBAT, para a prova da maratona nos Jogos Pan/Americanos, no Rio de Janeiro (PAN Rio 2007), em junho.

Vanderlei venceu a Prova Tiradentes, com percurso de 10 quilômetros em 29 minutos e 50 segundos.

Quatro atletas brasileiros representarão o Brasil na maratona e entre eles está Vanderlei Cordeiro de Lima, personalidade que muito honra a comunidade maringense.

Sala das Sessões, em 24.04.07.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 979

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pela jubilação, no próximo dia 28, do Pastor Messias Anacleto Rosa, da Igreja Plesbiteriana Independente de Londrina.

Nascido em Araçatuba/SP, em 27 de abril de 1937, o Pastor Messias se converteu aos 16 anos de idade e trabalhou durante 1 ano na Missão Caiuá, em Dourados/MS. Em 1955 chegou a Londrina para estudar Teologia. Em 1960 foi ordenado pastor, tendo, 1 ano depois, transferido residência para Florianópolis, onde permaneceu por 12 anos. Em 1973 voltou para Londrina, onde trabalha até hoje, na Igreja Presbiteriana Independente. Por meio do Ministério da Multiplicação, lançou CDs e publicou diversos livros. Por iniciativa da Vereadora Sandra Graça, a Câmara Municipal de Londrina outorgou-lhe o título de Cidadão Honorário. Ao receber esta honraria o homenageado lembrou que Londrina nasceu sob a égide de benção de Deus, por isso considerou um grande privilégio, uma honra, ser considerado londrinense.

O reverendo Messias é um homem abençoado por Deus. Amado e admirado por muitos milhares de fiéis que com ele têm convivido.

Requeiro que a Assembléia Legislativa se faça representar, oficialmente, na jubilação do Pastor Messias, comunicando-se, na avenida Celso Garcia Cid, 565, Espaço Esperança, Londrina, à IPI e, ao Pastor jubilado, o reconhecimento público desta Casa de Leis aos 47 anos de tão santificado ministério.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Antonio Coelho, com cópia ao SINDIJUS - PR, José Roberto Pereira, e aos servidores da comarca de Foz do Iguaçu, moção de apoio à organização em prol da paralisação das atividades dos servidores da Justiça Estadual de Foz do Iguaçu, no dia 23 de abril de 2007.

“Os membros da Assembléia Legislativa do Paraná, interpretando os sentimentos do povo que representam, vêm à presença de V. Sa., de forma extensiva à classe que representa, demonstrar seu apoio à paralisação dos servidores da Justiça do Estado do Paraná da região de Foz do Iguaçu, pelo excesso de trabalho e pela falta de pessoal para suprir a demanda de atividades.

Acreditam os membros desta Casa de Leis que esta classe de servidores é de relevante importância para a efetivação da plena justiça em nosso estado. Ocorre que, pela falta de pessoal, o atendimento e o serviço tende a ser prejudicado, fazendo com que a celeridade não possa ser atingida de modo adequado. Outrossim, é sabido que houve a realização de concurso público para provimento de encargos na Justiça Estadual. Não obstante, verifica-se que não foram chamados os então classificados, uma vez mais trazendo dificuldades para a classe de servidores da Justiça do Paraná e, em última instância, o jurisdicionado necessitado da Justiça.

Por tais razões é que faz-se a presente moção de apoio, pela consciência destes Parlamentares de que a justiça não poderá ser cristalizada sem a valorização e prestígio desta classe de servidores públicos.”

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Sol de Maio, de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Sol de Maio, conta com 1340 alunos, entre os ensinos fundamental e médio.

É imprescindível a construção de uma quadra coberta, tendo em vista que a região é uma das mais quentes do estado e servirá para melhor atender os alunos, proporcionando um local apropriado para a realização de atividades físicas.

Referido pedido beneficiará alunos que fazem parte dos bairros: Conjunto de Sol de Maio, Vila Miranda, Graúna, Conjunto Jaqueline, Bairro Três Lagoas, Conjunto Vite, Alto da Boa Vista e Jardim Fernanda.

REQUERIMENTO Nº 956

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de quadra coberta na Escola Estadual Jorge Schimmelpfeng, de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Jorge Schimmelpfeng, conta com 1700 alunos, entre os ensinos fundamental e médio.

É imprescindível a construção de uma quadra coberta, tendo em vista que a região é uma das mais quentes do estado e servirá para melhor atender os alunos, proporcionando um local apropriado para a realização de atividades físicas.

Referido pedido beneficiará alunos que fazem parte dos bairros: Jardim Alice, Campos do Iguaçu, Jardim Manaus, Jardim São Paulo, Vila Borges e Jardim Libra.

REQUERIMENTO Nº 980

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que determine ao departamento competente, auxiliar a Prefeitura Municipal de São Pedro do Iguaçu, com orientação técnica e repasse de recursos, através de convênio, para que execute ou contrate obras de pavimentação poliédrica, em estrada e rua na localidade de São Judas Tadeu.

Trata-se de uma ação de suporte no que tange a adequação do sistema viário rural, muito necessária para o escoamento da produção, garantindo melhor acesso da população rural às sedes da localidade e do município, e promove geração de emprego e renda.

Sala da Sessões, em 24.04.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO N° 969

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Governador do Estado a solicitação de liberação do medicamento azatioprina, para todos os pacientes de doenças hepáticas que estejam cadastrados na Secretaria de Estado da Saúde.

Sala da Sessões, em 24.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, em razão da necessidade dos pacientes que desde o início de março do corrente ano não mais encontram o medicamento na Secretaria de Estado da Saúde, pois informam que o Exmo. Sr. Governador não assina a liberação deste medicamento.

REQUERIMENTO N° 946

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, para informar as questões abaixo:

1) Em relação ao Hospital Bom Jesus no município de Ponta Grossa, a direção do hospital encaminhou ofício à Diretora da 3ª Regional de Saúde solicitando o pagamento de R\$ 940 mil referente a fatura do mês de março/07. Quando se dará a quitação da referida fatura?

2) Quando se dará a ampliação do teto de 345 AIHs (Autorização para Internamento Hospitalar) para 545 AIHs?

3) Quando se dará a implantação de 05 (cinco) novos leitos de UTI no referido hospital? Conforme ofício do Secretário de Estado da Saúde em exercício, em 28 de dezembro de 2006, afirmando que os equipamentos estão à disposição da 3ª Regional de Saúde.

Sala da Sessões, em 24.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO N° 981

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e ao Superintendente do PARANACIDADE, que informe quais os municípios que se apresentaram os planos diretores de que trata o Estatuto das Cidades? Quais municípios estão com os respectivos planos em andamento? Quais municípios contrataram assessoria técnica especializada, para a elaboração de seu plano diretor? O custo desse serviço é incluído nas verbas estaduais repassadas aos municípios? Há algum tipo de ressarcimento, por parte do estado, quanto às despesas municipais com o plano diretor?

Sala da Sessões, em 24.04.07.

(aa) PLAUTO MIRÓ, CIDA BORGHETTI, DOUGLAS FABRÍCIO, VALDIR ROSSONI, EDGAR BUENO, ANTONIO BELINATI, ADEMAR TRAIANO, RUI HARA e ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO N° 982

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Dr. Luiz Forte Netto, a complementação das informações prestadas relativas ao requerimento aprovado em 22 de agosto de 2006, conforme material encaminhado a este Poder Legislativo, através de expediente do titular daquela pasta, sem remuneração e datado de 04 de outubro de 2007, relativas ao FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano, em face da Lei n° 15211 de 16 de julho de 2006, conforme segue:

1) O percentual de 45%, previsto na alínea "b", do parágrafo 1° do artigo 1° da Lei n° 15211/06, é um teto, é o limite máximo admitido na lei, para a utilização dos recursos financeiros de que trata o dispositivo. Pergunta-se novamente, quais os estudos feitos e critérios utilizados para definir o percentual concedido para o financiamento de programas especiais com recursos não reembolsáveis nos municípios?

2) Os programas, projetos e ações especiais a serem financiados com recursos não reembolsáveis do FDU, são definidos segundo poder discricionário da Administração Pública, todavia, sempre, de forma justificada. Pergunta-se novamente, quais os estudos feitos e critérios utilizados para justificar o ato administrativo de concessão destes financiamentos?

3) Reitera-se a pergunta: 3. Da mesma forma, em relação ao montante de recursos não reembolsáveis do FDU a serem aplicados em cada um dos programas especiais e em cada município, quais os estudos feitos e os critérios utilizados para defini-los?

4) No exercício de 2004 não houve ingresso de recursos no FDU originários de contrato de empréstimo do BID. Houve interrupção do desembolso de recursos do contrato de empréstimo ao longo deste ano? Em caso afirmativo, justificar os motivos e identificar o contrato.

5) A composição do resultado líquido do FDU dependeu crescentemente dos rendimentos das aplicações financeiras: 20% em 2003, 33,5% em 2004, 46% em 2005. Pergunta-se, por que os recursos do FDU não foram destinados aos municípios para financiamento de seu desenvolvimento? Onde foram feitas as aplicações financeiras desses recursos? Em instituições financeiras oficiais, ou também em privadas? Especificar quais, em cada exercício.

6) Juntar cópia dos convênios e respectivos extratos das publicações, celebrados com os municípios relativamente aos programas: Corpo de Bombeiros - Decreto 6072/06; Escolas e ou bibliotecas municipais - Decreto 6251/06; Quadras esportivas - Decreto 5928/05

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, ANTONIO BELINATI, PLAUTO MIRÓ, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, CIDA BORGHETTI, RUI HARA, EDGAR BUENO e ELIO RUSH.

REQUERIMENTO N° 983

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, que informe relativamente ao mês de dezembro de 2006, quais foram os serviços de publicidade e propaganda contratados pela empresa, total gasto e os respectivos prestadores de serviços.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(aa) PLAUTO MIRÓ, DOUGLAS FABRÍCIO, CIDA BORGHETTI, EDGAR BUENO, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, RUI HARA, ELIO RUSH e ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO N° 984

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Sr. Stênio Sales Jacob, que informe qual a despesa da empresa com anúncios e editais no mês de dezembro de 2006.

Especificar os serviços referentes e quais os veículos de comunicação contratados, juntando cópia do demonstrativo da despesa.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, PLAUTO MIRÓ, CIDA BORGHETTI, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, ANTONIO BELINATI, RUI HARA e ELIO RUSH.

REQUERIMENTO N° 985

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER ao Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pisseti, após ouvido o douto Plenário, informações sobre a publicação, em Diário Oficial do Estado, do relatório de despesas da administração direta, indireta e fundacional, com propaganda e publicidade dos atos, programas, obras serviços e campanhas, conforme segue:

1) Informar se a publicação é feita de forma centralizada, através dessa Secretaria da Comunicação ou se cada unidade da administração, direta e indireta, providencia a sua própria publicação? Informar as respectivas datas e os períodos a que se referem.

2) Informar as datas das publicações de responsabilidade dessa Secretaria da Comunicação Social, procedidas no ano de 2006 e o período a que se referem.

3) Todas as unidades da administração direta ou indireta que realizaram gastos dessa natureza providenciaram a publicação do seu relatório de despesa, informando o nome dos veículos publicitários contratados? Quais as datas e períodos a que se referem?

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, VALDIR ROSSONI, CIDA BORGHETTI, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ e RUI HARA.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 290/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que, em todos os jogos esportivos federados no estado do Paraná, haverá a execução do Hino Nacional e do Estado do Paraná, antes do início das competições.

Parágrafo Único. A execução poderá ser ao vivo ou por meio de som mecânico.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei e a responsabilidade da execução da lei, ficará por conta das federações esportivas do estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva estabelecer que sejam executados o Hino Nacional e o Hino do Estado do Paraná em todos os jogos esportivos federados no estado do Paraná.

A incorporação da execução do Hino Nacional e do Estado do Paraná em todos os jogos esportivos torna-se ferramenta importante e indispensável quanto à solidificação de valores cívicos capazes de contribuir para o aumento do patriotismo.

O projeto que torna obrigatório a execução dos Hinos e o hasteamento das Bandeiras é apenas um passo, no sentido de contribuir para que se ampliem os limites de tolerância de todos os torcedores paranaenses.

Diante do exposto, contamos com apoio dos nobres Pares à presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 291/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam isentos do pagamento da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Já existe um acordo tácito com as empresas de pedágio, reduzindo a taxa para os residentes no município onde estão localizadas as praças de pedágio, somente para veículos ali emplacados.

Com este projeto de lei pretendemos eliminar completamente a taxa de pedágio para todos os veículos emplacados no município.

O Brasil tem em várias esferas da administração pública projetos, decretos, leis e ações aguardando deliberações ou regulamentações. É o caso das taxas de pedágio, muitas aguardando decisões judiciais. Se até agora fomos extremamente tímidos na tentativa de solucionar tão importante problema, já temos algumas pequenas reduções, agora pretendemos reduzir toda a taxa somente para moradores residentes no município onde estão as praças de pedágio, pois os moradores transitam nas praças diversas vezes por dia, na maioria das passagens, a trabalho.

O planejamento regional dos gastos com impostos sempre foi considerado matéria árida e de difícil trato, até mesmo por aqueles que estudam a fundo o assunto.

Uma das mais significativas conquistas da cidadania, nos últimos 18 anos, ocorreu no campo das relações de consumo. A Constituição do Brasil de 1988 inseriu a defesa do consumidor entre os direitos e garantias individuais com *status* de cláusula *pétrea*. Em 1990, como consequência da Constituição, foi editada a Lei de Defesa do Consumidor, destinada a reduzir a disparidade de poder entre fornecedores e consumidores.

Apesar dos avanços, no entanto, o consumidor continua vulnerável, sendo lesado em aspectos importantes, especialmente no direito sagrado de ter informações claras e precisas do preço do produto ou de serviços que deseja adquirir ou contratar.

Todos nós sabemos que o setor produtivo agropecuário não tem tido a capacidade de enfrentar as distorções nas correções das dívidas dos pequenos produtores rurais.

Outro tema que desejo enumerar nesta justificativa é de extrema gravidade. Chegamos ao cume da crise da pecuária leiteira em nosso Paraná. Produtores de leite de várias regiões do estado estão se desfazendo de seus rebanhos. A remuneração do pecuarista paranaense é uma das mais baixas do mundo. Tenho colhido depoimentos dramáticos dos pequenos produtores. A maioria está desistindo de lutar contra o cartel do leite. Muitos não agüentam mais receber pagamentos abaixo dos custos de produção, e a inadimplência junto aos bancos está, sem dúvida, insuportável. A situação torna-se mais grave porque as partes envolvidas não têm o mesmo poder de negociação.

Além de sua importância nutricional, o leite desempenha um relevante papel social.

Todas essas dificuldades estão empurrando o setor leiteiro para a falta de rentabilidade.

E, para garantir a existência de processos capazes de equacionar as desigualdades entre os diversos segmentos que traduzimos em nossa justificativa deste projeto de lei, é que pretendemos extinguir a taxa de pedágio para os moradores onde estão localizadas as praças de pedágio, na maioria na zona rural ou em pequenos municípios. Os moradores transitam várias vezes por dia exclusivamente a serviço, com isso reduzimos as despesas diárias desses abnegados trabalhadores.

Com isso esperamos a compreensão dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei, em regime de urgência, para minimizar o sofrimento dessa gente.

PROJETO DE LEI Nº 292/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado o viaduto localizado na BR-376 (Contorno Sul) com transposição sobre a BR-277, bairro Orleans, em Curitiba, de Viaduto Deputado Anibal Khury.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo fazer justiça a um dos grandes nomes do estado do Paraná. Falar do Deputado Anibal Khury nesta justificativa é difícil,

pelo seu extenso currículo de obras e realizações. Cada canto deste estado sabe, conhece e tem a participação ativa na concessão de benefícios recebidos por intermédio do Deputado Anibal Khury, um dos nomes mais lembrados pelo povo do Paraná.

Portanto, coloco à apreciação do Plenário este meritório projeto, como uma forma de reverenciar a pessoa que Anibal Khury foi para o estado do Paraná. Solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 293/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a criação de incentivos fiscais, a serem concedidos às empresas que auxiliarem na ressocialização de presos, através de projetos e convênios que proporcionem empregos, treinamento e educação para os presidiários.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado da Fazenda, juntamente com a Secretaria de Estado da Justiça instituirão as condições e a forma de concessão desses benefícios.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A ressocialização de presos é assunto latente em todas as sociedades e é obrigação do estado estar viabilizando meios para que estes cidadãos sejam recepcionados novamente pela sociedade, com condições de melhorar suas vidas e não mais cair na criminalidade.

PROJETO DE LEI Nº 294/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade da instalação de filtros de conteúdo violento, pornográfico e outros assuntos incompatíveis com a educação das crianças e jovens paranaenses, em todos os computadores da rede estadual de ensino que possuam acesso à rede virtual internet.

Parágrafo Único. O programa que contiver estes filtros deverá ser adquirido através de licitação pública, sendo que o conteúdo técnico e sua funcionalidade deverão ser analisados e referendados pela CELEPAR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

É absolutamente relevante que se efetive a proteção a conteúdos impróprios e o instrumento adequado é o filtro para internet, pois existem sítios de conteúdo extremamente violento e inadequado à educação. Assim como no estado de São Paulo esta lei já vigora, o Paraná também precisa proteger seus jovens estudantes.

PROJETO DE LEI Nº 295/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Igreja Belén Pentecostal Libre Del Paraguay, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento:

Professor Luizão.

JUSTIFICATIVA:

O projeto da Associação Igreja Belén Pentecostal Libre Del Paraguay, localizada na Rua Mateus Leme, 390, São Lourenço, no município de Curitiba/PR, inscrito no CNPJ nº 04.073.692/001-59, tem por finalidade principal promover a assistência social, objetivando o desenvolvimento e melhoria de vida das pessoas.

Dentre outros trabalhos destaca-se: a) CRAVI - Casa de Recuperação Água da Vida, onde se trabalha a recuperação de pessoas com dependência química; b) assistência à famílias desde o atendimento básico, bem como atendimento à saúde e à terceira idade; e) escola bíblica para crianças, adolescentes e adultos, trabalhando valores construtivistas; d) alfabetização de crianças, adolescentes e adultos.

PROJETO DE LEI Nº 296/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a entidade Vida Promoção Social, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Curitiba/PR, localizada à rua Sebastião Scolari, 75 - CIC, nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Instituída em 04 de fevereiro de 2003, conforme Registro nº 4115 do Livro A-1, de Títulos e Documentos do 4º Ofício de Pessoas Jurídicas de Curitiba, a Vida Pro-

moção Social tem como finalidades promover a assistência social, saúde e educação, por meio de ações sócio-culturais e serviços à comunidade, sem qualquer discriminação política ou religiosa e sem visar lucros.

A documentação comprova que a instituição possui todos os requisitos legais para sua declaração de utilidade pública.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 297/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Associação Grupo Liberdade Direitos Humanos da Mulher Prostituída, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoioamento:

Professor Luizão

JUSTIFICATIVA:

O projeto da Associação Grupo Liberdade Direitos Humanos da Mulher Prostituída, localizado na Av. Cruz Machado, 375, térreo, Centro, no município de Curitiba/PR, inscrito no CNPJ n° 00.102.556/0001-99, tem por finalidade principal promover a assistência social, através de abordagens às prostitutas em diversos ambientes, a fim de lhe oferecer orientações múltiplas, bem como convidá-las para cursos, seminários e oficinas que a entidade oferece, tanto na área de saúde, bem como no campo profissionalizante e direitos humanos e cidadania. Estima-se que hoje em Curitiba existam 30 mil mulheres que vivem da prostituição. O Grupo Liberdade atingiu no ano passado cerca de 5 mil mulheres nessa situação.

O campo de atuação vai além de Curitiba e região metropolitana, atingindo outros municípios como União da Vitória, Francisco Beltrão, Paranavaí, Apucarana, Foz do Iguaçu, Maringá, Pato Branco, Guarapuava, bem como todo litoral paranaense.

A aprovação do referido projeto facilitará esta entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do poder público estadual.

PROJETO DE LEI N° 298/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica instituído o Projeto Turismo Educativo, cuja finalidade é possibilitar o acesso de alunos das

escolas da rede pública estadual ao acervo cultural, artístico e turístico do estado.

Art. 2° O Poder Executivo, por seus órgãos competentes em matéria de educação, cultura e turismo, preparará roteiros de visitas para as escolas, por município ou região, bem como escala de participação das escolas no projeto instituído, de forma que cada escola possa participar pelo menos uma vez ao ano.

Art. 3° Definidos os roteiros de visitas, o Poder Executivo promoverá licitações visando à contratação dos serviços necessários ao desenvolvimento do projeto.

Art. 4° O Projeto Turismo Educativo poderá ser patrocinado, total ou parcialmente, por empresas particulares, às quais será concedido o direito à ampla divulgação do patrocínio.

Parágrafo Único - Ficam excluídas da possibilidade de patrocinar o projeto as indústrias de bebidas alcoólicas ou de tabaco, bem como de outros produtos que sejam considerados, à critério das autoridades educacionais do estado, nocivos à boa formação dos jovens.

Art. 5° Independentemente dos patrocínios de que cuida o artigo 4° desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a buscar parcerias com a iniciativa privada, com a finalidade de favorecer o desenvolvimento do projeto.

Art. 6° As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias ou convênios com pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 7° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoioamento:

Professor Luizão

JUSTIFICATIVA:

O estado do Paraná é, indiscutivelmente, um verdadeiro tesouro em termos de belezas naturais e de patrimônio arquitetônico e cultural, oferecendo, em todas as suas regiões, as mais variadas opções de lazer e entretenimento.

Com esta iniciativa, que pretende criar em caráter permanente o que denominamos Projeto Turismo Educativo, poder-se-á viabilizar o acesso dos nossos jovens ao magnífico acervo cultural, artístico e turístico da nossa terra.

Por estas razões, solicito aos nobres Deputados a aprovação deste projeto de lei, esperando que com esta contribuição do Legislativo paranaense, com o apoio do

Executivo e de todos os demais entes da sociedade, haja o fortalecimento da consciência coletiva acerca da importância dos valores do povo paranaense do nosso estado.

PROJETO DE LEI N° 299/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica o Poder Executivo obrigado a disponibilizar para a atividade jurisdicional, equipamentos de comunicação à distância (vídeoconferência), entre as unidades prisionais a as varas criminais.

Parágrafo Único. A implantação a que se refere o *caput* deste artigo, será realizada de forma gradativa e seletiva, tendo início, nos municípios onde o procedimento jurisdicional apresentar maior demanda.

Art. 2° Fica o Poder Executivo, autorizado a suplementar com recursos necessários, para a implantação dos equipamentos constantes do artigo anterior.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá comunicar ao Poder Legislativo, os municípios beneficiados com o sistema de videoconferência.

Art. 3° O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A matéria proposta objetiva disponibilizar equipamentos de videoconferência nas unidades prisionais e nas varas criminais.

Atualmente, este procedimento é realizado com a presença física das partes envolvidas, e desta forma vem ocasionando atraso da justiça e por outro lado, propiciando a fuga de presos e colocando em risco a vida de policiais e servidores da justiça.

Devemos observar que, através de videoconferência, conforme esclarece o projeto de lei *entende-se a interação em tempo real com a transmissão ao vivo das partes envolvidas, nos procedimentos processuais, além de documentos, imagens e gráficos diversos, via internet.*

Quanto ao argumento de que a necessidade de aquisição de equipamentos e acessórios de alta tecnologia e o controle sistemático dos mesmos, resultará em acréscimo ao erário, implicando em prejuízos aos cofres públicos, isso não se justifica, já que a realização de interrogatórios de presos à distância pelo sistema proposto, na verdade, reduz efetivamente os custos.

Entendemos que a realização de interrogatório de presos à distância por sistema de videoconferência revela-se como importante medida para a efetiva redução dos custos aos cofres públicos.

Deve-se ressaltar que, além de ser uma forma de propiciar maior garantia à segurança pública, trata-se também de uma providência que contribuirá muito para a agilização dos procedimentos processuais afetos ao Poder Judiciário. A seguir, elencamos alguns argumentos:

- economia de recursos com o transporte de presos, o que implica na redução de gastos, tais como: veículos, combustível, armamentos, coletes, escoltas, diárias, alimentação, mobilização de policiais militares e agentes penitenciários (e o que pode ser ainda maior com o risco de fugas ou ações de quadrilhas com especialização no resgate de presos);

- disponibilidade de número maior de agentes policiais para que, efetivamente, possam concentrar suas ações em atividades mais importantes de investigação, policiamento ostensivo e, ainda, de execução penal, o que também implica em baixo custo ao estado;

- eliminação de gastos públicos face à necessidade de expedição de cartas precatórias para a tomada de interrogatórios em outras comarcas e derogatórias em outros países, providências estas que, inclusive, auxiliarão na celeridade processual, uma vez que se tratam de mecanismos de tramitação processual extremamente demorados e que não combinam com o moderno processo penal e, muito menos, com a expectativa da coletividade no combate à criminalidade;

- o custo para a aquisição de um aparelho gira em torno de R\$ 10 mil, e para serem adquiridos, primeiramente, devemos considerar que o referido gasto é viável, se comparado com o alto custo, por parte do estado, nos deslocamentos de presos para prestarem depoimentos.

Para se ter uma idéia, hoje, acontecem cerca de 55 apresentações diárias de réus, nas varas criminais de Curitiba, com um dispêndio diário de aproximadamente R\$ 33 mil, sendo que os dados podem ser ainda maiores. Se considerarmos, 20 dias no mês, teremos um total aproximado de R\$ 660 mil.

De igual modo é importante observar-se que em outros estados, como Rio de Janeiro, Paraíba, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, tal procedimento já integra o processamento jurídico.

Desta forma, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares com assento neste Parlamento.

PROJETO DE LEI N° 300/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Terá direito à matrícula no 1° ano do ensino fundamental de 9 anos, a criança que completar 6 anos antes do início oficial das aulas.

Parágrafo Único. O início oficial das aulas será definido pelos respectivos sistemas de ensino.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Ensino fundamental de 9 anos:

Estabelece a Constituição Federal no artigo 208, inciso I, o *ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria* e no inciso IV, que será ofertada a *Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 anos de idade*.

Nas leis que regulamentam a matéria referente: à Lei Nacional nº 11114/05, que altera o artigo 6º da LDB, estabelece-se que: *é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos 6 anos de idade no ensino fundamental*. E a lei nº 11274/06 que altera o artigo 32 da LDB, determina que *o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade terá por objetivo a formação básica do cidadão (...)*.

Com base na legislação apresentada, o Conselho Nacional de Educação expediu pareceres para orientar a implantação do ensino fundamental de 9 anos, dentre estes o Parecer nº 006/05 que visa o estabelecimento de normas nacionais para ampliação do ensino fundamental para 9 anos de duração e determina que: *os sistemas de ensino deverão fixar as condições para a matrícula de crianças de 6 (seis) anos, no ensino fundamental quanto à idade cronológica: que tenham 6 (seis) anos completos ou que venham a completar 6 (seis) anos no início do ano letivo*;

Da mesma forma, orientado pelo órgão deliberativo das questões que envolvem o Sistema Nacional de Educação, procede o Conselho Estadual de Educação ao estipular data para o corte etário, conforme o artigo 12 da Deliberação nº 003/06:

Art. 12. Para matrícula de ingresso no 1º ano do ensino fundamental de 9 anos de duração o educando deverá ter 6 anos completos ou a completar até 1º de março do ano letivo em curso.

§ 1º O aluno que estiver cursando a educação infantil e completar 6 anos de idade no decorrer do ano letivo não poderá ingressar no ensino fundamental neste mesmo ano.

Neste artigo, o Conselho Estadual de Educação institui o chamado corte etário, que consiste na substituição da expressão “início do ano letivo” estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação, pela fixação da data 1º de março, que foi escolhida devido ao fato de no Paraná o ano letivo iniciar em diferentes dias do mês de fevereiro, pois o calendário escolar possui uma flexibilidade de início e de término, desde que respeitados os 200 dias letivos previsto no artigo 24 da LDB. Visava, assim, a busca por uma unificação para o ingresso, data em que todas as escolas já teriam iniciadas as aulas. Ao lado disto, do ponto de vista lógico do tempo escolar não seria possível

realizar a matrícula do aluno, conforme a legislação estipula: “*a partir dos 6 anos de idade*” no ensino fundamental, depois de já iniciadas as aulas e de já terem sido extrapolados os 25% de faltas, não sendo possível ao aluno efetivar de frequência estipulado em 75% dos 200 dias letivos.

Nesse sentido recorreu-se ao Parecer nº 005/07 do Conselho Nacional de Educação, no qual o Relator Murilo Hingel esclarecia:

Com efeito, têm chegado à Câmara de Educação Básica muitas questões sobre o corte de idade, matéria já superada e esclarecida em outros pareceres e resoluções da Câmara de Educação Básica. De fato não deve restar dúvida sobre a idade cronológica para o ingresso no ensino fundamental com a duração de 9 anos: a criança necessita ter 6 anos completos ou a completar até o início do ano letivo. Pode-se admitir outra interpretação diante de um texto tão claro? Será que alguém pode alimentar alguma dúvida sobre o que significam 6 anos completos ou a completar no início do ano letivo? Será que a tolerância até o início do ano letivo por ter dupla interpretação?

Acrescenta-se ainda que: *(...) é perfeitamente possível que os sistemas de ensino estabeleçam normas para que estas crianças que só vão completar 6 anos depois de iniciar o ano letivo possam continuar frequentando a pré-escola para que não ocorra uma indesejável descontinuidade de atendimento e desenvolvimento: A pré-escola é o espaço apropriado para crianças com 4 e 5 anos de idade e também para aquelas que completam 6 anos posteriormente à idade cronológica fixada para a matrícula no ensino fundamental*. (grifo do relator)

Os argumentos apresentados demonstram que o Conselho Estadual de Educação no Paraná encaminhou todas as ações em conformidade com a legislação nacional vigente, não se constituindo na violação da competência legislativa e nem incorrendo em inconstitucionalidade, já que as leis hierarquicamente superiores especificam a idade de 6 anos completos, considerando como referência o início do ano letivo.

Há que se concordar que a delimitação de um corte temporal para o ingresso por vezes se torna arbitrário, já que decorre de previsão legal, acarretando independentemente da data estipulada, que algumas crianças serão incluídas e outras não. O ponto fulcral da questão em voga é que a criança de 5 anos inserida no ensino fundamental de 9 anos será privada do direito à educação infantil, etapa de ensino voltada a atender às especificidades da infância de zero a 5 anos. Segundo Hingel:

A fixação da idade cronológica de 6 (seis) anos completos para ingresso no ensino fundamental não é uma medida aleatória, porque está baseada na melhor doutrina pedagógica em relação a importância educativa e formativa no desenvolvimento integral das crianças pela oferta da educação infantil.

Nesse sentido é necessário explicitar que a idade cronológica fixada para o ingresso no ensino fundamental

não foi definida aleatoriamente, mas pautada em pressupostos pedagógicos que visam o respeito às especificidades da infância, o direito da criança a viver essa infância e o direito à educação infantil.

No que tange às implicações pedagógicas é um equívoco afirmar que a última etapa da educação infantil é similar ao primeiro ano do ensino fundamental de 9 anos, pois a LDB nº 9394/96, ao utilizar o termo educação infantil teve por objetivo diferenciá-la do ensino fundamental, para que não houvesse um reforço do instrucional, mas uma valorização do processo educativo (Cerisara: 1999)¹. A educação infantil, a primeira etapa da educação básica tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, constitui-se em um espaço privilegiado para interação, para aprendizagens espontâneas e significativas, onde o lúdico é o foco principal. E o ensino fundamental é um espaço escolar, no qual se desenvolvem aprendizagens científicas, conforme reforça o Parecer nº 039/06 do Conselho Nacional de Educação.

Para destacar a concepção de criança posta, no Sistema Nacional de Educação é pertinente transcrever as palavras da relatora Regina Alcântara de Assis, no Parecer CNE/CEB 22/98, que fundamentou a Resolução CNE/CEB 01/99:

Crianças pequenas são seres humanos portadores de todas as melhores potencialidades da espécie (1) inteligentes, curiosas, animadas, brincalhonas, em busca de relacionamentos gratificantes, pois descobertas, entendimento, afeto, amor, brincadeira, bom humor e segurança trazem bem-estar e felicidade; 2) tagarelas, desvendando todos os sentidos e significados das múltiplas linguagens de comunicação, por onde a vida se explica; 3) inquietas, pois tudo deve ser descoberto e compreendido, num mundo que é sempre novo a cada manhã; 4) encantadas, fascinadas, solidárias e cooperativas, desde que o contexto ao seu redor e principalmente nós adultos educadores saibamos responder, provocar e apoiar o encantamento e a fascinação, que levam ao conhecimento, à generosidade e à participação.

Destarte, ao falarmos em educação infantil, não cabe a utilização dos termos reprovação ou repetição, pois se a instituição segue os preceitos legais dispostos na LDB e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, e organiza seu trabalho pedagógico respeitando as especificidades da infância, priorizando os interesses, curiosidades da criança; possibilitando em espaço desafiador, com um professor mediador, que intervem intencionalmente no processo educativo, buscando ainda incentivar e ampliar as interações e aprendizagens significativas; cada dia será composto por uma nova descoberta que contribuirá para o desenvolvimento integral

da criança, não havendo assim nenhum prejuízo para esta permanecer na educação infantil.

Ressaltamos ainda, que ao ampliar o ensino fundamental para 9 anos, não cabe à escola somente agregar a última etapa da educação infantil ao ensino fundamental, faz-se necessário reorganizar todos os anos deste nível de ensino, lembrando que este processo de elaboração, implementação e avaliação da proposta pedagógica deve compor o cotidiano do coletivo da escola, visando sempre o zelo pela aprendizagem da criança.

Aos argumentos pedagógicos explicitados somam-se os de ordem prática. Conforme o exposto por diversos Prefeitos, as redes municipais foram preparadas para o cenário proposto pelas Deliberações nºs 003/06 e 005/06 do CEE, impossibilitando assim às prefeituras municipais a imediata matrícula das crianças de 5 anos no ensino fundamental, com 9 anos de duração, especialmente pela falta de professores para atender a nova demanda, estimada em 90 mil novas matrículas, falta de espaço físico, impossibilidade de prover de imediato o correspondente acréscimo de transporte escolar, falta de previsão da despesa correspondente na Lei Orçamentária para 2007, e por fim, a dificuldade no cumprimento dos 200 dias letivos, tendo em vista que já se tem, na maioria dos estabelecimentos de ensino, decorridos mais de 30 dias do calendário escolar.

Destaca-se ainda que o Plenário do Supremo Tribunal de Justiça reconhece na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 682 a competência dos estados para legislar concorrentemente sobre a educação, observando o dispositivo previsto no artigo 24, inciso XVI, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º da Constituição Federal de 1988.

Concluindo, o que se busca perquirir é a garantia do direito da criança de 5 anos à infância e à educação infantil. Dessa forma nossa interpretação da legislação vigente com relação à idade para o ingresso no ensino fundamental de 9 anos, não baseia-se em fundamentos positivistas, mas leva única e exclusivamente em conta as necessidades pedagógicas inerentes à criança pequena.

PROJETO DE LEI Nº 301/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Casa de Caridade Dr. Yuri, com sede e foro no município de Guaratuba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Caridade Dr. Yuri, tem por finalidade aplicar a ciência espírita na cura de enfermos, usando métodos naturais e alternativos, praticar a psicocirurgia e

1. CERISARA, Ana Beatriz. "Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?". In: Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação. Florianópolis: Número especial, dez.1999.

cromoterapia no corpo perispiritual dos enfermos, visando a cura e o restabelecimento do organismo físico, promover assistência material e espiritual às pessoas carentes, gestantes, bem como asilo a enfermos quando necessário, desenvolver o espírito de fraternidade cristã, através do estudo e a divisão do espiritismo, com base nas obras de Allan Kardec, que constituem a Codificação Espírita e no Evangelho de Jesus Cristo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu me inscrevi hoje no Pequeno Expediente para dar um destaque a um acontecimento de extrema importância hoje pela manhã, em Brasília, que foi o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação. O Presidente da República, o Ministro da Educação lançaram hoje, às 11h, no Palácio do Planalto, esse plano PDE. Já havia acontecido um primeiro encontro, em 15 de março, no próprio Palácio do Planalto, a apresentação desse plano, discutido com educadores, Parlamentares e representantes de entidades da sociedade civil.

O PDE abrange medidas para todas as etapas da educação. A prioridade, seguindo o espírito FUNDEB, é a educação básica que vai do ensino infantil ao médio. Além de melhorar os indicadores de qualidade dos 9 anos do ensino fundamental, o PDE vem com pontos principais. Primeiro: a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, e apoio às prefeituras que têm os indicadores educacionais mais baixos. O IDEB leva em conta o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar que são questões gravíssimas que atingem a educação em nosso país!

Se fosse avaliada hoje, a educação básica brasileira teria uma média aproximada de 4 pontos numa escala que vai de 0 a 10. O objetivo do FUNDEB e do IDEB é que nos próximos 15 anos o Brasil alcance nota 6 ao nível desse índice, a mesma média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

O MEC vai investir cerca de R\$ 1 bilhão em 2007, além de recursos adicionais ao Fundo de Educação Básica, para atender os 1000 municípios com os piores índices de desenvolvimento de educação. Os especialistas do MEC vão recomendar ações como acompanhamento individual das crianças, atividades de cultura e esporte no contraturno escolar.

Esse indicativo é muito importante porque algumas prefeituras - e eu tive a honra, quando fui Prefeito de Ponta Grossa, de realizar uma ação muito forte, neste sentido - já criaram o contraturno escolar, principalmente para as crianças mais carentes. Por exemplo, elas estudam de manhã e à tarde praticam esporte, aprendem música e assim por diante. A participação da comunidade, dos conselhos de cada escola e a criação dos Conselhos Municipais de Educação, porque no Paraná, 7 municípios já têm o Conselho Municipal, entre os quais Ponta Grossa, que foi criado em 2001, mas infelizmente, a maioria dos municípios do Paraná e do Brasil não tem os Conselhos Municipais de Educação para criar o Sistema Municipal de Educação em cada município, o que é um avanço significativo!

Segundo ponto: a implantação da Provinha Brasil, para avaliar a alfabetização de crianças de 6 a 8 anos.

O terceiro se refere a créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, de 600 milhões para compra de ônibus e até barcos para transporte escolar. São 300 milhões para o Programa Caminho da Escola, que prevê atendimento a alunos da educação básica da rede pública na zona rural, e 300 milhões para o Proescolar, que atende alunos das redes municipal e estadual da rede rural e urbana. A indústria automobilística criou um veículo padrão, de custo mais baixo, para transportar as crianças com segurança.

(Lê):

“4) Olimpíada de Língua Portuguesa, em 2008, em cerca de 80 mil escolas e 7 milhões de alunos.

5) Informatização de todas as escolas públicas até 2010.

6) Luz, até o ano que vem, em todas as escolas públicas que ainda não têm energia elétrica, dentro do Programa Luz para Todos.

7) Lançamento de edital, no valor de R\$ 75 milhões, pelo MEC e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, para estimular a produção de conteúdos didáticos digitais.

8) O PDE prevê a criação de um piso salarial de R\$ 850 para todos os professores da rede pública do país. A implantação do piso será gradual até 2010, de forma a não comprometer o orçamento de estados e prefeituras.

9) Até 2010, uma parceria das universidades públicas com as prefeituras vai implantar 1000 pólos de formação de professores em todo o país, principalmente nas pequenas e médias cidades do interior. É o Programa Universidade Aberta, que mescla o ensino presencial com a modalidade à distância. Além de suprir a demanda de professores, servirá para fixar o profissional em sua cidade ou região para evitar a perda de pessoas capacitadas para os grandes centros urbanos.

10) O Programa Brasil Alfabetizado terá um novo desenho. Pelo menos, 75% dos alfabetizadores serão professores da rede pública municipal e estadual. São 100 mil professores que vão receber, além do salário, uma

bolsa de R\$ 200 por mês para alfabetizar adultos no turno em que não estejam lecionando.

(...)

12) Também serão criados Institutos Federais de Educação Tecnológica - IFETS, com a missão de ofertar educação pública para fortalecer os arranjos produtivos locais.”

Estou muito contente, porque recebi a notícia do Deputado Federal André Vargas, de Telêmaco Borba, que é uma cidade da região dos campos gerais. Se formos avaliar, Telêmaco Borba é a única cidade industrial do Paraná, e uma grande porcentagem de emprego na cidade refere-se a Klabin, que é uma grande indústria que tem uma abrangência regional importante. Um desses centros serão criados na cidade de Telêmaco Borba. Também o município hoje é dirigido pelo PT. O norte velho é uma região que precisa do apoio do estado para se desenvolver, uma região que por um longo período passou por um processo de decadência econômica. A cidade de Jacarezinho também receberá um desses centros.

“13) Na educação superior, a principal medida é a ampliação do acesso. As universidades federais que abrirem ou ampliarem cursos noturnos e reduzirem o custo por aluno vão ganhar mais verbas. A meta é dobrar o número de vagas. Hoje, são 580 mil.

14) Articulação entre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES e o Programa Universidade para Todos - ProUni, de forma a permitir o financiamento de 100% das bolsas parciais do ProUni e a quitação da dívida ativa consolidada das instruções de ensino superior. O novo programa pode gerar 100 mil vagas por ano.”

Sem dúvida, são notícias de extraordinária importância para o futuro do nosso país. A alegria se completou hoje quando assistimos a exposição da nossa Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia, do nosso partido, que nos honrou muito. E verificamos como o Governo Requião está avançando de forma significativa na questão educacional, na extensão universitária, aumento de vagas noturnas, aumento de investimento. São duas notícias que devem ser destacadas pela Assembleia do Paraná, no dia de hoje.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do Grande Expediente, a pedido do Deputado Edson Praczyk, contamos com muito prazer com a presença da Dra. Juíza Joeci Camargo que vai falar sobre a assistência jurídica gratuita.

Com a palavra o Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Sucintamente quero dizer da grande alegria e do privilégio de ter feito essa solicitação de trazer à Assembleia Legislativa do Paraná, a Dra. Joeci Camargo. Ela que é Juíza da 4ª Vara de Família em Curitiba, apenas para que os senhores, V. Exas. que ainda não sabem, ela já é Cidadã Benemérita do Estado do Paraná, por proposição desta Casa. Destaco o seu esplêndido trabalho, trabalho voluntário intitulado de Justiça nos Bairros. Ninguém melhor do que ela própria para explanar como é feito esse trabalho desde o ano de 2003.

Apenas para encerrar a minha fala, o que é muito curioso é que, em se tratando de casamento coletivo, foi homologado pelo Hanking Brasil, o livro de recordes do Brasil, que através do trabalho dela, foi realizado o maior casamento comunitário do nosso país, na marca de 1434 casamentos em um único dia, superando o recorde já existente, onde já aconteceram 1401 casamentos no mesmo dia.

Então, com a palavra, a Dra. Joeci Camargo.

Sra. Joeci Camargo - Juíza da 4ª Vara de Família

A SRA. DRA. JOECI CAMARGO

Boa-tarde, cumprimentando o Presidente Nelson Justus, o Pastor Praczyk, cumprimento todos os Deputados desta Casa e posso deixar expresso aqui o meu carinho de mais uma vez aqui estar.

A última vez que estive aqui foi quando fui agraciada com o título de Cidadã Benemérita, e desde aquele dia, tenho um compromisso maior de, junto com todos os senhores, quando se quebra um paradigma, se quebra por inteiro. Quando se assume a responsabilidade de fazer justiça mais perto do povo, isso quer dizer que fazemos alianças. Estamos falando em responsabilidade social do Poder Judiciário, integrada com todos os poderes públicos e entidades privadas e tudo isto em benefício da população mais carente, a população vulnerável economicamente e afetivamente.

Em função desse trabalho que começou em 2003, foi proposto pelo Deputado Federal Max Rosenmann, o Projeto de Lei nº 2660 de 2004, que aborda na realidade uma síntese do nosso trabalho para que o Paraná marque uma lei que realmente traga benefício à população, mas um benefício social de mãos dadas. Então, de forma bem sucinta, quero mostrar para os senhores o que significa o Justiça no Bairro, porque se fala muito em Justiça no Bairro, mas na realidade, muito pouco dele se sabe. Qual a eficiência e qual a efetividade desse trabalho que movi-

menta um juiz fora do Fórum, e movimenta mais de 100 voluntários representados por estudantes universitários, advogados voluntários, Ministério Público, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, enfim, uma gama imensa de pessoas que resolveram num final de semana dar um pouco de si a seu próximo. Isso é responsabilidade nossa. Não é só responsabilidade do estado, mas é responsabilidade do cidadão como um todo e fazer justiça também.

A responsabilidade social de que falo, encontra fundamentação legal na própria Constituição, que garante a todo cidadão, assistência judiciária gratuita. Quando falamos em assistência judiciária gratuita, podemos observar que já poderíamos ter a nossa Defensoria Pública equipada, monitorada, para atender a nossa população. Não temos isso ainda no estado do Paraná. Principalmente em Curitiba, temos alguns abnegados que atuam na Defensoria Pública, mas no interior do Estado - que os Srs. Deputados conhecem muito bem, porque representam as cidades - não existe advogado que atenda a assistência judiciária gratuita.

Então, acredito que muitos dos senhores em seus gabinetes recebem pedidos da população, para que garantam a eles o benefício da assistência judiciária gratuita, porque não terão o seu direito assistido. É com base na Constituição Federal, é com base no próprio Código de Processo Civil, que o juiz pode e deve se deslocar de seu Fórum e atender a sua comunidade em todos os órgãos públicos, já que temos, como em Curitiba, Ruas da Cidadania que pertencem ao povo e que lá podemos nos instalar e fazer justiça, juntos. De que forma? A própria Constitucional nº 045, que é posterior ao Decreto nº 039/03, que permitiu a Justiça no Bairro e favorece a Justiça Volante, que é o que Max Rosenmann diz na sua proposição da Lei nº 2960, que tramita em Brasília, na CCJ.

Qual é o objetivo desse nosso trabalho? A conciliação, tendo como finalidade uma agilização da atividade jurisdicional, a integração do Judiciário com a comunidade, o atendimento à família vulnerável, a inclusão social ao contrário.

Quando eu falo em inclusão social, não gosto de dizer: "incluir o pobre". Quando se fala em inclusão social, dá a impressão: não vamos incluir o pobre. Que tal se nós fizéssemos ao contrário e dizermos assim: "vamos nos incluir com a comunidade carente. Vamos nos incluir com o nosso povo e fazer com eles justiça." É essa inclusão social que eu, como magistrada, me preocupo. Atendimento multidisciplinar, através de equipes técnicas, psicologia, assistência social, atendimento jurídico, com o objetivo de atender o núcleo familiar. Com isso nós garantimos o quê? A responsabilidade social do Judiciário integrada com os demais poderes.

De que forma podemos fazer essa instalação descentralizada, em organismos públicos ou privados? Através de uma unidade móvel, locais públicos: escolas, ginásios providos de acesso à internet, pólos avançados

de conciliação e, inclusive, atendimento na prisão provisória, ou até mesmo na Penitenciária Central, porque agora nós temos a Prisão Provisória do Ahú.

Como seriam essas formas de atendimento? Gratuitas. Ter voluntários, sem ônus para o Poder Judiciário. Voluntários profissionais de toda e qualquer área, universidades e faculdades, através dos acadêmicos de Direito Psicologia e Serviço Social. Serviços sociais colocados à disposição da comunidade, públicos ou privados. Por quê? Porque se nós temos locais públicos para receber um atendimento à população, eu não preciso construir nenhum Fórum, não vou precisar construir absolutamente nenhum gabinete, porque o gabinete do Juiz vai estar lá, no órgão público para atendê-lo.

Para que esse projeto seja um sucesso é necessário fazermos convênio com a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Tuiuti, a PUC, a FACEAR - Faculdade de Araucária, a UNIANDRADE, a FACELA de Campo Largo, a Dom Bosco, com a Defensoria Pública do Estado do Paraná e o nosso braço direito que é o Instituto Curitiba de Informática que desenvolveu um sistema de rede que permite que eu possa fazer audiência lá no Sítio Cercado e homologar neste computador agora. É a justiça virtual, bem mais perto do seu povo. Em qualquer lugar, onde eu esteja neste Brasil, se eu estiver lá em Manaus, e estiver se realizando uma audiência aqui no Sítio Cercado pela internet, eu homologo uma audiência que está se realizando consensualmente.

Para este funcionamento vou precisar de quem? Do Juiz, do Ministério Público, de uma equipe técnica, universidades, voluntários e a comunidade porque é ela que precisa desse trabalho.

Para a audiência de conciliação eu preciso na realidade apenas do correio, porque se os senhores forem observar quem dos senhores não teve ainda alguém carente que precisava de atendimento, o processo chega no Fórum depois de 8, 9 meses de trâmite pela Defensoria Pública ou até mesmo pelas universidades.

Quando ele chega no Fórum para ir até a mão do Juiz, as partes, muitas vezes, já resolveram os seus problemas da sua maneira e a prestação jurisdicional se tornou tardia e ineficiente.

Com o Núcleo de Conciliação pelo qual foi o projeto de lei, a partir do momento que chegue no Fórum ou chegue na Distribuição, todas as petições de Direito de Família da justiça gratuita são encaminhadas pelo Núcleo de Conciliação e nesta Secretaria são imediatamente agendadas audiências para dali à 30 dias. Daí a razão de eu fazer a notificação, e este é o nosso público, pelo correio, porque o Oficial de Justiça quando chega até a favela ou até a invasão, com certeza não é bem recebido, mas o nosso amigo do correio é bem recebido. Com a cartinha que recebe, a parte comparece em juízo dali a 30 dias em 8 audiências simultâneas, e cada dia da semana é uma universidade que acompanha essas audiências apenas supervisionadas por um único Juiz, que sou

eu. Mesmo vinculada à 4ª Vara eu atendo simultâneas audiências, são 50 audiências por tarde.

Uma vez efetivada a audiência e recebido o acordo, ele é homologado. Se porventura no decurso da audiência eu precisar fazer um agendamento para exame de DNA, é feito por telefone, dependendo do dia a coleta do material do DNA é feito no Fórum. Todas as quartas-feiras nós temos coletas de sangue para exame de DNA.

É designada audiência e muitas vezes, na própria audiência há necessidade de a equipe técnica intervir no processo de guarda ou muitas vezes no processo de alimentos para acalmar os ânimos e diminuir o conflito.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Dentro do tema que a senhora acabou de falar sobre DNA: quantos exames de DNA são oferecidos gratuitamente por mês?

A SRA. DRA. JOECI CAMARGO

O exame de DNA na realidade, esse que eu falo que é colhido no Fórum, é pago pelas partes por um preço que venha atender a necessidade da população, porque o exame gratuito, para o estado do Paraná, para que você entre na fila, você leva um ano para conseguir um exame de DNA, este, o gratuito. E o que eu faço coleta de material no Fórum, são 4 laboratórios que fazem um preço especial e acessível para as partes.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

A senhora não sabe o gratuito, quanto?

A SRA. DRA. JOECI CAMARGO

Não tenho idéia. É um número que a própria Corregedoria controla. Aliás, é responsabilidade do estado garantir o exame de DNA gratuito, e não tem dado conta disto. Então, conseguimos alternativas, ou seja, que as próprias partes possam pagar o exame de DNA. E como eu disse, Deputado Belinati, nem tudo deve ficar à responsabilidade do estado, mas sim, da própria parte. Ela também pode pagar o exame de DNA, se tem condições, porque hoje um exame de DNA está em torno de R\$ 250, e pode ser dividido em até 3 vezes.

Feito o acordo, o processo, o Juiz homologa e vai para a Vara de origem tão somente para arquivar. O processo morre ali. As partes saem dali com toda a documentação pronta. Se o processo não teve acordo, digamos que uma das partes se sente insatisfeita, ele não consegue fazer um acordo, ele não entende que o direito dele esteja bem administrado, então, ele quer discutir. Nesse caso, depois que a parte recebeu toda a orientação, inclusive endereços para possibilitar a ele o acesso à justiça gratuita, em inúmeros escritórios modelos de universidades e faculdades de Direito de Curitiba, o processo segue para a Vara para prosseguir com a instrução.

Fora isto, fora os Núcleos de Conciliação nas Varas de Família, criou-se algo que chamou a atenção de

todos, que é nosso carro-chefe, que é o Justiça no Bairro. O Justiça no Bairro é tudo aquilo que o povo sonhou e veio para ficar. De que forma? Começou levando toda a estrutura do Núcleo de Conciliação dos bairros carentes, num atendimento quinzenal aos sábados, garantindo a presença de um Juiz bem perto da sua comunidade. Este Juiz vai até a sua comunidade carente, de calça jeans e camiseta, exatamente igual a toda sua equipe. Por quê? Para ser bem recebido pela sua população, porque quando o povo, como testemunha ou como parte chega ao Fórum, ele tem horário para esperar o Juiz, ele tem que colocar sua melhor roupa, porque senão ele não conseguirá adentrar ao Fórum. Muitas vezes, não tem sequer uma roupa adequada para ir até lá. Agora, quando eu vou até a rua, no ambiente do nosso povo, eles me recebem com o melhor sorriso e nos recebem com o melhor carinho. Então, vamos de camiseta, junto com os alunos e com a equipe toda, porque formamos, na realidade, uma justiça com amor.

Com isso, simplificamos as fases do processo na área da família. Dentro do atendimento que fazemos no Justiça no Bairro - e isto é bem interessante - quando nos colocamos na rua, Srs. Deputados, instalamos 40 computadores. Cada computador deste faz uma audiência e é em rede, simultaneamente. Cada computador atende a uma família. Ao mesmo tempo em que atende esta família, ele também pode emitir todos os documentos necessários para o procedimento. Então, houve uma necessidade de fazer uma simplificação neste processo. De que forma? Não há necessidade da petição inicial, basta apenas e tão somente o termo de audiência, a exemplo dos Juizados Especiais. O termo é feito na hora, sob a orientação de um advogado, e a efetiva participação do Juiz, que sou eu.

A conciliação permite, na realidade, às partes, um interesse bem assistido e sem que haja discórdia. Todos os documentos são entregues na hora: mandado de averbação, ofício de desconto ao empregador, enfim, todos os documentos entregues à parte. A parte não terá mais necessidade de se deslocar até o Fórum para buscar qualquer outro documento. A parte já sai dali direto para levar o documento no cartório onde casou para fazer o registro do seu divórcio ou do reconhecimento da paternidade.

Só um exemplo para os senhores observarem: na Rua da Cidadania do Boqueirão, nós fizemos da demanda reprimida, em 2003, 260 audiências/conciliações; em 2004, 218; em 2005, 118.

No Bairro Novo: em 2003, 231 famílias; em 2004, 177; em 2005, 118 famílias foram atendidas com prestação jurisdicional efetiva.

No Cajuru: em 2003, 179; em 2004, 123; em 2005, 58 famílias atendidas.

No Cajuru tem uma peculiaridade: o Justiça no Bairro não foi feito na Rua da Cidadania, nem na Regional, foi feito num colégio, no Colégio Elza Lerner, porque lá não tem Rua da Cidadania.

Na Administração Regional de Santa Felicidade, lá na Rua da Cidadania: em 2003, 187; em 2004, 353; em 2005, 128.

No Portão: em 2003, 283; em 2004, 173; em 2005, 136.

Na Boa Vista: em 2003, 258 conciliações; em 2004, 292.

Na Regional do Pinheirinho, onde temos um bolsão de pobreza muito grande, na primeira oportunidade em que lá estivemos, fizemos: em 2003, 424 atendimentos; em 2004, 335; em 2005, 118.

Aí os senhores podem me perguntar: é fácil fazer essas audiências? Cada uma delas leva, em média, uma hora à uma hora e meia de atendimento. Então, basta vocês calcularem que eu começo às 9h de sábado e vou até às 17h. Aí a necessidade de ter 40 computadores interligados para permitir 40 atendimentos familiares, com efetiva entrega da prestação jurisdicional.

Só que daí não terminamos, tem o Núcleo de Conciliação que nós fizemos um convênio, hoje, através da Federal e da Tuiuti, e esse núcleo funciona nas universidades. De que forma funciona nas universidades? Hoje, temos pólos avançados de conciliação. Então, se alguém da população chegar, neste exato momento, lá na Faculdade de Direito de Curitiba, na Tuiuti, na Curitiba, na Promotoria das Comunidades ou no Pólo do Sítio Cercado, de segunda a sexta, das 8h30 às 17h, será atendido com toda a efetividade, em virtude do sistema de informática via internet que homologo aqui do fórum, ao mesmo tempo em que faço as audiências do Núcleo e da 4ª Vara de Família.

Toda a Justiça de Família está descentralizada, qualquer pessoa do povo, hoje, tem acesso garantido para fazer um divórcio e para receber uma orientação para um reconhecimento de paternidade, porque a verdadeira oficina de trabalho com estudantes está integrada com o Poder Judiciário.

Não parei por aí! Fui até o presídio, porque quando procuramos trabalho parece que vem mais trabalho. Sempre acontece de alguém chegar e dizer: “Olha, doutora, tem mais alguma coisa? Vamos fazer mais alguma coisa?” Aí nós não temos condições de dizer não para o aluno porque ele, na realidade, é o nosso maior idealista. Os alunos é que fazem o sucesso do Justiça no Bairro, eu apenas coordeno o trabalho.

Um aluno da Universidade Tuiuti, fazendo a monografia, era Agente da Unidade da Prisão provisória e trabalhava na unidade penal como Assistente Social e gostaria de levar todo atendimento para o próprio núcleo da faculdade, para que a família pudesse ser atendida, fazer um reconhecimento de paternidade, para fazer também um divórcio, porque muitas vezes o preso está cumprindo pena e a família também está cumprindo pena aqui fora. Às vezes é uma família que já não tem ligação com ele; às vezes é uma mulher que tem outros filhos com outros homens, mas está vinculada com ele pelos laços do casamento. E aqueles filhos que estão aqui,

levam a pecha de “filhos de um marginal”. Então, há necessidade de cortar esse elo. E quando você corta esse elo, possibilita que a verdadeira companheira dele que já existe e os próprios filhos dele possam - reconhecida a união estável e reconhecida a paternidade - receber a visita na unidade penal, e assim garantir, também que enquanto ele cumpre a sua pena, ao sair do presídio, tenha para onde ir. Isso é responsabilidade nossa também, cumprir o que prega a Constituição Federal.

Fora isso, não parei só no Justiça no Bairro, nos pólos de conciliação, no núcleo de reconciliação e no presídio. Hoje, o Justiça no Bairro integra a região metropolitana e também o interior do estado. Fizemos 4 anos já, dia 29 de março de 2003 e estamos com a agenda marcada até 2008, pelo interior do estado. E, para satisfação do Deputado Belinati, dia 11 de agosto, o Justiça no Bairro, a pedido dos Juízes de Londrina, estará lá para atender a grande população carente. Já como compromisso, Maringá também já mostrou interesse e que só precisa que os Juízes de lá requeiram o projeto. Dia 05 de maio estaremos em Arapongas e dia 29, domingo, no SESC-Cidadão.

Essas são as cidades por onde peregrinei e onde peregrino com a minha equipe.

Esta é toda a estrutura que tenho hoje do grande projeto de atendimento à população carente. Por aqui os senhores podem ter uma visão do que significa todo esse trabalho e de uma estrutura imensa que foi montada e que se pode fazer justiça apenas coordenando.

Um dos motivos pelos quais também vim aqui, não só para inteirar os Deputados do trabalho que é feito pelo Judiciário no Paraná, mas para lembrar a todos que existe um projeto de lei em trâmite, em Brasília, que reconhece o nosso trabalho. E esse trabalho é um trabalho nosso, que foi feito para o povo, trabalho de mãos dadas, onde os 3 Poderes estão ligados com a população e inclusive entidades privadas para atender a população menos abastada.

O Poder Judiciário hoje já mudou a sua cara e se torna bem mais próximo.

No Programa Justiça no Bairro, para atender os imensos pedidos, Deputado Nelson Justus, resolvi casar o povo. Família feliz é menos problema, família atendida é tranquilidade da nação, é equilíbrio, então promovo o casamento coletivo que é celebrado por mim mesma em qualquer lugar onde eu esteja. Celebrei o maior casamento do mundo em 2005, 1434 casais, quase 3 mil pessoas, aqui na frente do Palácio. Um trabalho que foi feito junto com o SESC Cidadão e com o Governo do Estado.

Hoje, o Justiça no Bairro só é possível de se realizar, graças a participação da FECOMÉRCIO, através do Programa SESC-Cidadão, sem o qual eu não teria condições de fazê-lo, porque é um trabalho totalmente gratuito e sem ônus para o Poder Judiciário.

Eu gostaria de passar para os senhores um vídeo, de 4 minutos apenas, para que os senhores possam ter noção do que é o Justiça no Bairro, que apresentei na

China, na Organização Mundial da Saúde, do dia 08 de dezembro de 2004, quando representei a América Latina e o Brasil, o único Juiz no mundo que apresentou um trabalho social e, principalmente, um trabalho voltado à família e, em destaque, a atividade de um presídio - é o único. Foi o trabalho mais bem recebido na Organização Mundial da Família, que pertence a ONU. Eu gostaria que os senhores assistissem.

(Apresentação do vídeo)

Este trabalho e este filme que os senhores puderam observar é o Justiça no Bairro. A minha parte como magistrada e a minha parte como cidadã eu faço e levo comigo centenas de alunos, que cumprem o mister de fazer justiça e assim os preparo para a vida, para a concorrência como advogados, preparo-os para a vida pública, como no Ministério Público, como Juízes ou como qualquer outra atividade que venham a exercer.

Obrigada!

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Queria pedir que apenas a Deputada Cida Borghetti se pronunciasse, até porque estamos bastante atrasados e temos mais uma cerimônia ainda. Portanto, pela ordem, com a palavra a Deputada Cida Borghetti, que vai falar e cumprimentar a Dra. Joeci em nome de todos os Deputados.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Obrigada, Sr. Presidente!

É uma honra poder cumprimentá-la, Dra. Joeci, e agradecer pela sua contribuição como mulher, como mãe, como profissional que trouxe na tarde de hoje a este Plenário o Justiça no Bairro. Nós entendemos que a valorização familiar é a construção de uma justiça mais ampla, de um Brasil melhor, de um Paraná mais justo, porque é através da família organizada - como a senhora aqui bem colocou - que com certeza teremos cidadãos melhores, cidadãs mais informadas e mais próximas da Justiça, como a senhora que apareceu há pouco no vídeo, que disse que gostaria de retornar a usar o seu nome de solteira, que emocionou também a todos e a alegria dela em poder fazer isso, como a alegria daquele pai na hora do casamento poder reconhecer a sua companheira como sua legítima esposa e mãe do seu filho que ele segurava nos braços.

Então, a senhora trouxe uma contribuição muito grande para esta Casa e gostaríamos, então, de fazer justiça à Dra. Joeci pelo seu trabalho, pela sua determinação, por honrar nosso país, principalmente na ONU, apresentando esse belo trabalho que, tenho certeza, será modelo para os demais países da nossa América e também do nosso mundo.

Muito obrigada e boa-tarde a todos! E muito obrigada ao Presidente por essa deferência especial!

A SRA. DRA. JOECI CAMARGO

Obrigada, Deputada Cida! Obrigada a todos!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência ratifica os cumprimentos à Dra. Joeci! Sem dúvida nenhuma a Sessão de hoje foi engalanada com a presença da Dra. Joeci.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PMDB, PTB; PDT; Democratas; PT, PP; Bloco PSB/PL/PRB/PV; Bloco PPS/PMN.

(Todas declinam)

PSDB: com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Esta presidência lembra a V. Exa, por isso vai permitir apenas que o Deputado Valdir Rossoni faça uso do Horário das Lideranças, que teremos ainda hoje uma Sessão Solene de outorga de título de Cidadão Honorário ao Dr. Jaime Longo, por proposição do Deputado Scarpeolini.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para fazer um registro aqui do 32º Prêmio Abril de Jornalismo, na categoria Reportagem Completa da Revista Você S/A, da Editora Abril, 2007. Mil e 500 participantes, o 1º lugar ficou para o nosso fotógrafo Nani Góes, aqui da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns. As nossas homenagens a ele.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Dois assuntos, Sr. Presidente, me trazem à tribuna no dia de hoje. Um se refere - gostaria de ter, Deputado Romanelli, claro que não tenho esse direito regimental, mas pelo respeito que nutro por V. Exa., eu gostaria que o senhor ouvisse a minha fala, porque tenho certeza que V. Exa. terá que tomar algumas medidas na questão administrativa do governo que o senhor lidera.

Primeiro, Sr. Presidente, meu caro Líder do Governo, eu volto ao assunto levantado aqui pelo SindSaúde, no qual a Presidente do Sindicato, acredito eu, deve ter ficado em uma situação, na última reunião em que eles estiveram presentes, constrangedora. Por quê? Porque ela foi àquela tribuna, ilustre Líder, e afirmou que o governo do Paraná devolveu os recursos da dengue. Depois, no outro dia, V. Exa. trouxe os esclarecimentos a esta Casa dizendo que não eram verdadeiras as

afirmações da Presidente do SindSaúde. No outro dia subiu à tribuna o Deputado Tadeu Veneri e reafirmou, reafirmou que os recursos da dengue tinham sido, sim, devolvidos pelo governo do Paraná.

Logo depois que o Deputado Tadeu Veneri quase causou um conflito de opiniões, V. Exa. novamente reafirmou que as informações da Presidente do SindSaúde não eram verídicas. E ontem, quero agradecer, a Presidente do SindSaúde nos procurou e trouxe aqui os extratos aonde comprovam a devolução dos recursos.

Então, encareço a V. Exa. como forma de respeito ao surto de dengue que está acontecendo hoje em Maringá, em Londrina, que nos traga - e jamais duvido da palavra de V. Exa. - quem é que está, na verdade, fazendo estas afirmações e se elas são verdadeiras.

Estou tendo todo o cuidado aqui, porque pelo extrato que eu recebo do SindSaúde, parece-me que a Presidente do sindicato falou a verdade. Afirmo que falou a verdade, porque está aqui o extrato da devolução dos recursos. Estão aqui. Agora está a palavra do Secretário, a palavra de V. Exa. e eu quero crer e acredito, confio plenamente, até pelas negociações que temos tido aqui nesta Casa, V. Exa. sempre prezou pela verdade, mas não podemos deixar isto passar em branco sem sabermos o posicionamento do Secretário da Saúde, porque ele é tão zeloso, é tão zeloso e V. Exa. aqui tem feito uma defesa do governo com entusiasmo, que é um governo que é aberto ao diálogo, mas eu quero dizer a V. Exa. que a atitude do Secretário de descontar os dias parados dos servidores não demonstra esta abertura do Secretário. Pelo menos estas são as informações que temos e aguardo, naturalmente, V. Exa. sabe, eu aguardo o posicionamento, porque não podemos ficar na dúvida: será que o Secretário disse ou não disse?

Eu volto agora, Sr. Presidente, a outro problema da Secretaria da Saúde, Deputado Romanelli. Veja a gravidade aqui da situação, estamos falando do SindSaúde, tudo bem. Deixamos e aguardamos os esclarecimentos do Secretário.

Mas agora eu trago um outro assunto aqui que é de extrema gravidade: um cidadão, Deputado Romanelli, Deputado Belinati, Sr. Presidente - e aí acredito que terá que haver um posicionamento desta Casa, Deputado Belinati - porque hoje o Diretor da Central de Medicamentos do Paraná - CEMEPAR, um senhor chamado Paulo Tadeu de Almeida foi a Band News e afirmou o seguinte - pasmem os Srs. Deputados e Deputadas, afirmou que se hoje está faltando remédios no Paraná para os doentes de medicamentos contínuos, inclusive me assessoriei com o nosso Dr. Accorsi para que eu tivesse aqui esta questão do medicamento - ele foi a Band News e afirmou categoricamente que se faltam remédios no Paraná é porque esta Casa de Leis não aprovou o orçamento encaminhado pelo governo no tempo que seria necessário.

Eu quero dizer aqui, Deputado Romanelli, eu tenho aqui as gravações, é difícil ser Líder neste governo,

eu sei, eu entendo a indignação de V. Exa., é a nossa, mas veja o seguinte: como é que o Diretor da Central de Medicamentos afirma que a aprovação do orçamento foi atrasada aqui? Nós já estamos no mês de abril, aí esse cidadão vem e afirma, numa rádio, que é culpa desta Casa! Ora, não é por nada que estão faltando remédios, porque este cidadão é tão desinformado, tão desinformado que não poderíamos esperar que estivesse funcionando bem o problema dos remédios, a compra dos remédios no Paraná!

Aí eu começo a dar razão ao Governador, mas só falta uma atitude, quando o Governador chama para si a compra dos remédios especiais ele tem até razão, porque se o Diretor vai, Deputado Durval, se ele vai e afirma que é culpa desta Casa, ou é má intenção ou é desinformação, mas não vai ficar como está, não pode ficar como está! Não é possível, nós tivemos aqui na semana passada uma manifestação de pessoas que necessitam desses remédios e agora vem um Diretor da Secretaria e afirma que esta Casa não aprovou o orçamento!

Quero dizer o seguinte: se não causa indignação aos Parlamentares, mesmo do Governo ou da Oposição, acho que a isso tem que haver uma ação desta Casa, porque o orçamento do estado foi aprovado dentro do que é exigido pela lei e este cidadão está completamente desinformado e vai dar uma entrevista numa rádio que nós sabemos o alcance que tem!

Srs. Deputados, para concluir aqui o que trago: Deputado, ilustre Líder do Governo, careço, primeiro, essa questão da devolução dos recursos da dengue, não interessa o valor, o importante é que foi devolvido.

Segundo: V. Exa. tem que pedir para o Governador exonerar esse Diretor, porque não é possível a demonstração de desconhecimento da questão! Eu não sei aonde ele foi buscar a informação de que é culpa desta Casa que hoje não são comprados os remédios.

Agradeço a atenção do ilustre Líder, do Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mas são duas questões que eu considero que merecem atenção e a resposta que merece esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra a liderança do governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nobre Líder da Oposição Valdir Rossoni.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu liguei para o Deputado Rossoni, não sei se hoje pela manhã ou ontem ainda, acho que foi ontem - nós fazemos tanta coisa num dia que com o volume de questões você acaba até se confundindo - e disse o seguinte: Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. está afirmando que houve devolução de recursos

que foram transferidos pelo governo federal para o combate da dengue. Queria que V. Exa. me dissesse por qual meio que houve essa devolução de recursos? Ele me respondeu: “Não sei. Quem fez essa afirmação foi o Deputado Tadeu Veneri”. Da minha parte, Exa., retomei o tema com a Secretaria da Saúde. Liguei para o Secretário Cláudio Xavier e ele me enviou, fez um rastreamento, porque a Diretora da Dengue garantiu que nenhum recurso foi devolvido. O que foi encontrado na Secretaria da Saúde? Foi encontrada uma devolução de recurso que é muito interessante, porque é um documento do Ministério da Saúde.

“Ministério da Saúde, Fundação Nacional da Saúde, Coordenação Regional do Paraná. Parecer Financeiro:...dispõem sobre os autos, análise de prestação de contas, Convênio nº 1293/97, objetivando o plano de erradicação de *aedes aegypti*, a 30 de junho de 2004...”.

E aí, quando você vai verificar, há aqui uma série de valores repassados no total de R\$ 4 milhões 632 mil e 48, que foram repassados nos anos de 1998 e 2000. Não sei se é o mesmo documento que V. Exa. tem. Se for o mesmo documento, encontramos aqui. E aí o que acontece? Tem lá um valor de despesas impugnadas. Qual o valor das despesas impugnadas? Quarenta e um mil e 76 reais com 28. Esse valor é obrigatório a devolução da despesa impugnada de um convênio de transferência de recursos. Quando foi feita a transferência desse recurso e de qual período estamos falando da despesa? 98, e 2000.

O documento, se for o mesmo documento que estamos tratando, é o documento quando era Governador do Estado do Paraná o Sr. Jaime Lerner, do qual V. Exa. era Líder, aqui nesta Casa. Poderá inclusive falar com o Secretário da Saúde da época e perguntar por quê a despesa foi impugnada. Está aqui o documento, é um documento público do Ministério da Saúde, onde tem uma descrição de valores.

Então, quero dizer ao Sr. Presidente e ao Sr. Deputado Valdir Rossoni, que se for o mesmo documento que estamos tratando, se houve devolução de recursos, houve por conta da necessária devolução quando a despesa é impugnada. E o período está aqui, qualquer um dos Srs. Parlamentares podem ler o documento, é visível no demonstrativo. Dá para verificar o quê? Que são parcelas referentes a 1998 e 2000. E tem todos os boletins de transferência de recursos e aí a despesa impugnada por conta de alguma aplicação de recursos, certamente não deveria ter sido efetuada. Se for isso, aqui, a questão me parece respondida. Se não for isso, gostaria de receber o documento de V. Exa. e aí identificar. A única possibilidade é dessa despesa impugnada ainda da administração do Jaime Lerner. No mais, se tiver alguma novidade, espero receber de V. Exa. os documentos, como solicitei no telefonema para poder responder sobre esse tema.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Romanelli veja, eu seria injusto se não trouxesse aqui, guardasse o documento da informação

que eu recebi do SindSaúde. Eu não levantei essa questão, aqui, estou apenas colocando quase que fazendo a defesa da informação que nos trouxe o Deputado Tadeu e a Presidente do SindSaúde. Não sou eu que estou afirmando, estou baseado em informações de duas pessoas que merecem o meu respeito. Por essa razão, acredito que teremos que voltar a esse assunto para não deixar nenhuma dúvida e nem atribuir a culpa ao governo de V. Exa. e nem ao SindSaúde, só restabelecer a verdadeira informação.

Eu não atribuo a V. Exa. a culpa. É claro que o esclarecimento se faz necessário, mediante as informações que V. Exa. traz hoje, dizendo que houve, sim, uma devolução de um convênio do governo anterior. É importante ressaltar que a devolução dos recursos foi efetuada em 2005. Os detalhes, voltaremos a discutir, porque não tenho conhecimento deles, mas que houve devolução de recursos da dengue, houve. Qual o motivo? Eu só sei a data, foi em 2005. Isso eu posso afirmar a V. Exa.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento)

Eu queria dizer que essa questão de quem deve prestar contas ao Ministério da Saúde, são os municípios de gestão plena. Só prestam contas diretamente ao Ministério da Saúde, os municípios que têm gestão plena e não são muitos no Paraná. É importante chamar a atenção para esse detalhe.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeito. O que eu quero dizer, de qualquer forma, até em favor de quem fez a gestão da saúde nesse período que eu relatei, dessa devolução de recursos, até a favor dessa pessoa, porque não sabemos quem é e quais foram os motivos de essa despesa ser impugnada. Despesa impugnada é despesa realizada, não é dinheiro que foi devolvido porque não foi aplicado. É outra coisa que estamos falando. O que me parece, Deputado Rossoni, é que V. Exa., pela segunda vez sobre à tribuna para tratar desse tema e não tem efetivamente alguma coisa consistente. O que é que eu estou solicitando a V. Exa.? Que seja apresentado, está aqui o documento, é isso! V. Exa. tem um ânimo, o chamado *animus narrandi* tão forte, que o senhor criminaliza o tema. Por isso, creio que V. Exa., antes de retornar ao tema, deve, sim, buscar o documento para poder fazer com que possamos responder sobre alguma coisa de concreto, porque a pesquisa feita pela Secretaria da Saúde resultou nessa informação, que depois vou lhe disponibilizar porque efetivamente a autoidade à época é que poderá explicar por quê o estado teve que fazer a devolução dessa despesa impugnada, diga-se de passagem, a favor de quem fez a despesa e despesa impugnada é despesa que foi realizada, aplicada em alguma coisa.

Eu não ouvi as afirmações feitos pelo Diretor, mas eu queria dizer que temos tido um debate sobre esse tema

e depois vou encaminhar a V. Exas., vou disponibilizar via meio eletrônico, para que os senhores possam ter acesso aos números e aos investimentos que este governo tem feito na área de medicamentos, na questão dos medicamentos excepcionais que estamos tratando, que é discussão dos de uso contínuo dos protocolos do Ministério da Saúde. O Estado do Paraná saiu, em 2001 de um investimento de R\$ 26 milhões e 900 mil. Em 2002, R\$ 33 milhões e 500 mil. Em 2003, R\$ 46 e 900. Em 2004, R\$ 67 milhões e 600 mil. Em 2005, R\$ 93 milhões e 300 mil. Em 2006 R\$ 119 milhões e 700 mil em todos os medicamentos. Depois lhe passo via eletrônica. Em todos os outros medicamentos, o Estado investiu, outro dia disse que era R\$ 148 milhões, na verdade é R\$ 186 milhões, que foram investidos em 2006, em medicamentos.

Se fizer um comparativo com os governos anteriores, Sr. Presidente, Deputado Valdir Rossoni, a diferença é brutal. Houve efetivamente um contratempo, a questão está superada, resolvida, mas o que o estado tem feito é atender mais de 55 mil pessoas que têm recebido medicamentos, sem falar é claro, naquelas ações judiciais, que só no ano passado foram mais de R\$ 12 milhões e 500 mil, só das ações judiciais em medicamentos especiais que são fornecidas.

Então, sobre o medicamento, é uma questão tão importante, é um tema que envolve tantas pessoas e tantas famílias. O governo tem tratado esse tema com tanta responsabilidade, é de grande preocupação para que isso possa continuar. Vou verificar, vou ouvir a gravação. Peço que V. Exa. me dê a gravação. Certamente vou conversar com o Secretário Cláudio Xavier sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Romanelli, V. Exa. não me cederia esse gasto em saúde. Quero justificar a V. Exa. a minha preocupação. Apenas os gastos de 2001 até agora.

Quando falamos em medicamentos, a questão vai ficando mais preocupante ainda. Faço uma pergunta ao Deputado Rui que é médico: em 2001, o governo do Paraná, pelo menos pela intenção do Líder do Governo, ele gastou em remédios, não ultrapassou 25 milhões. Em 2006, disse aqui o Líder do Governo - como se isso fosse uma justificativa pelo problema que temos de saúde - disse que esse governo gastou 180 milhões. A pergunta que eu faço, primeiro aos Parlamentares que são médicos, depois às pessoas que convivem com a população do Paraná. De 2001 até 2006, se nós multiplicarmos os 25 milhões, para chegarmos nos 180, são 6 vezes mais gastos em remédio. Uma virtude do Governo? Não sei. Por que razão?

Por que fiz o questionamento aos médicos que são Deputados? Deputado Romanelli, logicamente, se em 2001 gastava-se 25 milhões, agora se gasta 180 milhões, são 6 vezes mais. Desculpe o meu desconhecimento, mas será que aumentou o número de pacientes no Paraná, 6 vezes mais?

Se este governo gastou de 2001 a 2006, 6 vezes mais, eu tenho certeza, no meu entendimento, que não aumentou o número de pacientes nessa proporcionalidade. Algo está errado na corte, algo tem que ser fiscalizado. E aí, quando o Governador toma uma medida chamando para si a compra de remédios, deve ter alerta aqui dos Srs. Parlamentares.

Quero dizer que eu elogio a atitude do governo em gastar mais em compra de remédios. Mas quando vemos gastar 6 vezes mais em compra de remédios e ainda vemos manifestações de pessoas em cadeiras de rodas em frente ao Palácio Iguaçu, algo está errado por falta de remédios, que agora vem a justificativa do ilustre Diretor, que afirma categoricamente que os remédios não foram comprados porque esta Casa falhou e não aprovou o orçamento.

Deputado Romanelli, lhe concedo um aparte com todo o prazer, elogio a atitude do governo de V. Exa., mas nunca vimos gente de cadeiras de rodas em frente ao Palácio ou aqui na Assembléia fazendo manifestação, gastando 6 vezes menos.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Quero dizer que vimos uma grande manifestação das APAEs da Praça Tiradentes até a porta do Palácio Iguaçu. Pessoas portadoras de todo o tipo de necessidades especiais, uma grande manifestação feita com o Governo Jaime Lerner.

Quero dizer o seguinte, Deputado Valdir Rossoni: V. Exa., embora seja uma pessoa inteligente - reputo como uma pessoa inteligente desconhece o sistema público de saúde - V. Exa. desconhece o sistema de controle de medicamentos e como cada um dos profissionais da área de saúde lá na ponta vão entregar a medicação para a família, por paciente cadastrado, fiscalizado, sistema de compra. Compras muitas vezes de medicamentos de órgãos públicos ou então feito por pregão. V. Exa. tem que reconhecer e entender o seguinte: o estado do Paraná tem um sistema, um controle da administração pública. Estamos aqui votando a criação do controle interno que já é exercido. Temos o controle externo que é feito pelo Tribunal de Contas, quero dar os números para V. Exa. saber.

De mandados judiciais, foi no ano passado feito um investimento para medicamentos distribuídos no estado do Paraná de mandados judiciais, 12 milhões, 420 mil; dos medicamentos dos excepcionais, 120 milhões e 350 mil; dos programas de AIDS, 27 milhões e 8 mil reais; do Programa de Saúde Mental, 3 milhões, 470 mil; do Programa MS, 11 milhões, 380 mil; Programa SESA, 9 milhões e 20 mil; medicação básica, 2 milhões 990 mil.

Esses são números públicos de investimentos feitos, e se é 6 vezes maior é porque esse governo, no mínimo, tem 6 vezes mais preocupação do que o governo que V. Exa. foi Líder aqui nesta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, já disse a V. Exa., mas o senhor insiste em justificar me agredindo. Quero dizer a V. Exa. que talvez houve um lapso de memória. Não se espelhe nos erros que cometeu o governo anterior. V. Exa. tem obrigação de prestar contas a este Parlamentar, por mais que eu irrite V. Exa., por mais que eu me contraponha, por mais que insista que eu não tenho conhecimento da aplicação orçamentária, V. Exa. pode afirmar a tudo, mas tem que saber que estou no pleno exercício do meu mandato, é o direito atribuído a este Parlamentar. Por menos conhecimento que eu tenha, é um direito que eu tenho de exigir explicações. E V. Exa. desvia do assunto. Ora Deputado Romanelli, um Diretor que afirma o que afirmou contra esta Casa e V. Exa. desvia o assunto! Quando eu falo aqui que os recursos gastos em medicamentos aumentaram 6 vezes, e aí vem outro Deputado e diz que foram 7 - eu errei na matemática - tudo bem, mas quando eu digo isto e quando o Governador chama para si a compra de alguns remédios, é porque o próprio Governador já percebeu que a Secretaria da Saúde, hoje, não merece sua confiança!

Então, Deputado Romanelli, nós que temos mantido a cordialidade, quando subi naquela tribuna tive toda a preocupação em dizer a V. Exa., eu tenho afirmações do SindSaúde, Presidente, tenho afirmações do Deputado Tadeu, tenho afirmações de V. Exa., quero apenas restabelecer a verdade. Não lhe agredi.

Segundo: quando levantei a questão do Diretor da CEMEPAR, que afirmou que foi culpa desta Casa por não ter aprovado o orçamento, não atribuí a culpa a V. Exa. e não ao seu desconhecimento, como V. Exa. atribui a este Parlamentar!

Por esta razão, Deputado, entendo V. Exa., sei que fica difícil - concluo, Sr. Presidente - sei que fica difícil ser Líder de um governo que gasta 7 vezes mais com medicamentos. Aí, você vê as pessoas que necessitam de medicamentos contínuos fazendo manifestações, aí você vê o Diretor da área afirmando que é culpa da Assembleia. Eu sei que se torna difícil, sei que se torna difícil trazer aqui as explicações, mas, encareço a V. Exa., para que prossigamos mantendo o alto nível, mantendo o diálogo que sempre exercitamos nesta Casa. Quero dizer a V. Exa.: é só me trazer as explicações e que elas convençam estes Pares! V. Exa. pode ter certeza que cada vez vamos admirá-lo mais, pela sua competência, que me falta! Sei que tenho minhas limitações, mas dentro das minhas limitações, me esforço ao máximo para o exercício do meu mandato.

Agradeço, Sr. Presidente, pela compreensão em ter-me estendido em um minuto a mais do meu tempo da Liderança das Oposições.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Como não tive tempo para falar sobre este tema, vou-me inscrever em Explicações Pessoais, para falar do tema saúde.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 075/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo convênio entre a Prefeitura Municipal de Nova Tebas e a Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná para calçamento de rua. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 076/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Cultura a criação de Biblioteca Cidadã no município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 077/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a criação do Curso de Direito na Faculdade Estadual de Educação, Ciência e Letras - FAFIPA, de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 078/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, sugerindo a imediata instituição de amplo programa de prevenção à hepatite dos tipos A, B e C e à cirrose hepática. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 079/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo o recapeamento asfáltico da Rua Mato Grosso (estrada velha Curitiba - Campo Largo). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 080/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo a criação de um programa de policiamento comunitário utilizando-se os guardadores de carros em vias públicas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 081/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo a construção da cobertura da quadra esportiva na Escola Estadual Presidente Kennedy, no município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, designando a Sra. Deputada Cida Borghetti para representar esta Casa de Leis no IX Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo nos dias 26 e 27 de abril

de 2007 na cidade de Brasília/ DF. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, com apoioamento do Sr. Deputado Professor Luizão, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para fazer o registro da presença no nobre Vereador Luizinho, de Engenheiro Beltrão, que está prestigiando nossa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Devidamente registrado.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 058/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS; institui o Conselho Estadual de Habitação

de Interesse Social; cria o Fundo Estadual de Habitação Regularização Fundiária de Interesse Social e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ ÀS EMENDAS 03 E 05 E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS 01, 02, 04, E 06. COM SUBEMENDA DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 058/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Claudio Romanelli, tem por fim criar meios e normas para estabelecer com maior clareza o Sistema Estadual de Habitação, dentre outras providências.

Fundamentação

A Constituição da República dispõe:

Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

§ 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Nesse contexto, foram apresentadas algumas emendas ao projeto ora em comento, onde passo a expor as razões do voto a cada uma delas.

Emenda nº 1 - Modificativa - a presente emenda visa dar nova redação ao inciso VIII do artigo 2º do projeto, porém, a nova redação entra em descompasso com outras legislações, tal qual a lei de licitações e contratações, razão pela qual voto contrariamente à presente Emenda nº 01.

Emenda nº 2 - Modificativa - a presente emenda visa dar nova redação ao inciso II do artigo 1º do projeto, porém, essa nova redação estabelece critérios objetivos de seleção aos aderentes ao projeto, discriminando-os taxativamente em razão dos salários, razão pela qual voto contrariamente à presente Emenda nº 02.

Emenda nº 3 - Aditiva - essa emenda inclui o inciso XIV ao artigo 4º do projeto, garantindo maior confiabilidade à estrutura administrativa da presente proposição, razão pela qual voto favoravelmente à Emenda nº 03.

Emenda nº 4 - Aditiva - essa emenda inclui o parágrafo 5º do artigo 5º, estabelecendo a escolha do Conselho Estadual de Interesse Social, motivo pelo qual votamos contrariamente à presente Emenda nº 04.

Emenda n° 5 - Aditiva - a presente emenda inclui o parágrafo único ao artigo 7° do projeto, esclarecendo o exercício das funções de Conselheiro, motivo pelo qual votamos favoravelmente à presente Emenda n° 05.

Emenda n° 6 - Aditiva - parecer contrário.

Ainda sugerimos mais uma emenda, sendo ela supressiva ao Capítulo IV do projeto de lei ora em análise, em razão da impossibilidade de consonância com o inteiro teor do projeto.

Conclusão

Enfim, nosso parecer é pela aprovação das Emendas n° 03 e n° 05, sendo pela rejeição das emendas de plenário n°s 01, 02, 04 e 06 ainda com a aprovação da emenda supressiva de nossa autoria.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Professor Luizão, Carlos Simões, Mauro Moraes, Artagão Júnior e Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N°058/07

Suprima-se o Capítulo IV do Projeto de Lei n° 058/07, o qual institui a figura do regularizador social, renumerando-se os demais dispositivos.

Sala das Sessões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

JUSTIFICATIVA:

Sendo a figura do regularizador social de suma importância para a regularização fundiária, nosso entendimento é de que o mesmo, por ser um instituto complexo, merece ser melhor disciplinado.

A aprovação do projeto, com sua redação original demandaria complementações posteriores e um abarrotamento desnecessário das atividades legislativas.

Com a sua discussão encerrada, está em votação o projeto, ressalvadas as emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Estão em votação as emendas. Emendas com parecer favorável da CCJ, ou seja, as emendas n° 03 e n° 05. Em discussão. Em votação. **Aprovadas.**

Estão em votação as emendas que têm parecer contrário da CCJ, ou seja, as Emendas n°s 01, 02, 04 e 06. Em votação as emendas.

Havendo parecer contrário, vamos fazer a votação inversa. Deputados que rejeitem as emendas queiram permanecer como estão. **As emendas estão rejeitadas.**

Está em votação a subemenda da CCJ. Em votação. **Aprovada.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, só para justificar o voto.

(Assentimento)

Acabamos de votar um projeto de autoria do Deputado Romanelli, de grande abrangência social, e nós votamos favoráveis. Quer dizer, discordamos em alguns pontos, mas o que é bom para o Paraná estamos ao seu lado, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero reconhecer, porque eu conversei com o Deputado Valdir Rossoni, com diversos Líderes da Oposição, com os Deputados da Oposição e recebemos, inclusive, a contribuição tanto da bancada do PT, que encaminhou as propostas da discussão com o movimento social, como o auxílio do Deputado Marcelo Rangel, na Comissão de Obras, que fez uma emenda muito oportuna para que o projeto pudesse ser votado. Então, não quis encaminhar, por economia processual do processo legislativo.

Quero reconhecer que estamos vivendo um momento histórico em que esta Casa regulamenta os artigos 212 e 213 da Constituição Estadual, criando o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social; criando o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social, que democratiza o processo de gestão da política habitacional; criando o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária, que é um instrumento moderno e que será permanente.

Nós aqui avançamos muito e esse fundo vai se relacionar com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, criado pelo governo do Presidente Lula. É um grande avanço, porque a esse sistema se filiarão todos os municípios que têm Secretaria de Habitação ou um órgão assemelhado - COHABs de Londrina, a COHAB de Curitiba, ou seja, estamos criando nesta Casa, por um acordo político da Situação e da Oposição, um instrumento legal extremamente importante. É um documento legal que, certamente, no futuro, será visto como um marco importante da política habitacional do nosso estado, Sr. Presidente.

Por isso, a minha profunda gratidão à compreensão e ao apoio que tivemos, nesta Casa, de todas as Sras. Deputadas e de todos os Srs. Deputados que compõem este Legislativo. Nesta legislatura, em dois meses e meio de legislatura, conseguimos aprovar este projeto. É uma grande vitória para este Parlamento, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas concordando com o que o Deputado Romanelli colocou, quero parabenizá-lo pela iniciativa e dizer que fico bastante satisfeito, Deputado Romanelli, por ter visto que este projeto que chegou aqui na Assembleia, teve a sensibilidade por parte do Deputado Roma-

neli de ouvir o movimento social. Inclusive uma das emendas está sendo contemplada, justamente num acordo feito na central de movimentos populares, por isso mesmo estamos votando junto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que torna obrigatório, no ensino médio da rede pública estadual de ensino, o ensino de conteúdos sobre previdência social e privada. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/07, de autoria do Deputado Reni Pereira e outros, que obriga as empresas de telefonia fixa a discriminar informações sobre o consumo nas suas faturas e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CDHCD. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a divulgação da frase: “Se beber, não dirija”, impressos em cartões, panfletos e propagandas de bares, restaurantes e casas de eventos, no estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. PARECER CONTRÁRIO DA CICT. (**Publ. no DA nº 008/07, de 07/03/07, em Projetos de Lei**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 087/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei tem como objetivo tornar obrigatória a divulgação da frase “Se beber, não dirija”, em cartões, panfletos e propagandas de bares, restaurantes e casa de eventos.

Fundamentação

O projeto de lei objetiva criar uma campanha de educação para conscientizar os motoristas do estado do Paraná para não ingerirem bebidas alcoólicas quando tiverem de dirigir.

Sobre o assunto, podemos verificar primeiramente a Constituição Federal, em seu artigo 23, XII:

Art. 23 É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:

(...)

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

O presente projeto tem o condão de criar programa específico para a redução de acidentes no trânsito causados pelo uso abusivo de bebidas alcoólicas. A Constituição Federal declara ser de competência comum o poder de legislar sobre a matéria em tela, não se vislumbrando, com isso, qualquer óbice à constitucionalidade do presente projeto.

Além do mais, sabe-se que não pode o estado se eximir da função de resguardar os interesses da coletividade, de tal sorte que o presente projeto visa à proteção da sociedade, uma vez que visa tornar maior a divulgação do assunto aqui tratado, a fim de que sejam obtidos resultados eficazes.

Ainda, vemos que a Constituição não faz nenhuma ressalva, sendo, portanto, possível ao estado legislar:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, se verifica que o presente projeto encontra-se de acordo com as regulamentações da Lei Complementar nº 095/98

Conclusão

Conclui-se, que o presente projeto encontra-se em acordo com as preceituações, no que concerne à técnica legislativa.

E, em face à constitucionalidade e legalidade, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 27.03.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 087/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, tem como objetivo divulgar a frase: “se beber, não dirija”, a ser impressa em cartões, panfletos e propagandas de bares, restaurantes e casas de eventos, no estado do Paraná.

Requer o autor que obrigatoriamente seja impresso em local visível e de destaque, proporcional à metade do tamanho da maior fonte de letra utilizada no texto e que seja utilizada cor diferenciada para a letra. No entanto, tal imposição vem a onerar ainda mais o pequeno comerciante que, impossibilitado de cumprir com tal exigência, pode ainda sofrer sanção através de multa expressa no artigo 3º do projeto em questão.

Sendo assim, esta comissão apresenta parecer desfavorável ao Projeto de Lei nº 087/07.

Sala das Comissões, em 18.04.07.
(aa) EDGAR BUENO - Presidente
OSMAR BERTOLDI - Relator

Há um parecer contrário da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo. Portanto, vamos fazer a votação inversa.

Deputados que são contrários ao projeto, permaneçam como estão. **Rejeitado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Bom Aluno do Brasil com sede e foro no município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 210/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública o Instituto Bom Aluno do Brasil, com sede e foro no município Piraquara.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Vila dos Oficinas I e II, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 212/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Ney Leprevost, declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Vila dos Oficinas I e II, com sede e foro no município Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78,

alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação Educacional de Desenvolvimento Humano Social - ADES, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/07, de 04/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 219/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara de utilidade pública a Associação Educacional de Desenvolvimento Humano Social - ADES, com sede e foro no município Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. CARLOS SIMÕES (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Eu apertei aqui o botão e o som não saiu. No projeto do Deputado Mauro Moraes, ia pedir a verificação de votação e não consegui.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Lamento.

O SR. CARLOS SIMÕES (PTB)

O Jocelito é testemunha que eu estava pedindo voz, mas não conseguia falar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Carlos Simões, a questão de ordem de V. Exa.: a Mesa não pode acatar porque já estamos em 3 itens posteriores à votação.

O SR. CARLOS SIMÕES (PTB)

Mas, Sr. Presidente, o Deputado Mauro Moraes não estava aqui, não consegui falar. Tenho um grupo de testemunhas em volta de mim. Não estou inventando, até é uma questão de bom senso. Ninguém votaria contra aqui, de sã consciência ao projeto do Deputado Mauro Moraes. Então, pedi a tempo, mas não consegui voz, o microfone do Jocelito até agora não está ligado. Insistentemente pedi e não consegui.

Gostaria que o senhor fosse sensato como é e fizesse essa reconsideração.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Carlos Simões, regimentalmente não posso.

O SR. CARLOS SIMÕES (PTB)

Presidente, entendo, mas não estou criando situação de atraso, não consegui falar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não vou voltar ao item.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente. Estão falando aqui que aquele, de tanto eu falar, estragou. Mas, Sr. Presidente, estou vendo que esse projeto está em 1ª discussão. Ele volta amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ele foi rejeitado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, está fora?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Baseado na colocação de ordem do Deputado Carlos Simões, peço que seja feito por escrito para que a Mesa possa decidir sobre esta questão. Neste momento, não poderemos voltar atrás.

O SR. CARLOS SIMÕES (PTB)

Sr. Presidente, insisto. Respeito a sua posição. Não sei por que tanta fobia de pressa para votar os projetos. Nós estamos aqui para isso, é uma pressa em demasia! Tenho testemunhas que me viram pedindo a voz.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Carlos Simões, eu li o escopo do projeto e coloquei em votação inversa ainda e passou mais 3 projetos, depois.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

V. Exa. tem dois pareceres. É uma confusão! É um parecer da Comissão de Justiça e um parecer da Comissão de Indústria e Comércio. Há um mal entendido. Se V. Exa. consultar os Deputados presentes, vai perceber que

a maioria é favorável. É uma questão de justiça que pedimos a V. Exa., que reconsidere. É só consultar os Deputados presentes, que V. Exa. terá noção se é favorável ou não.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Artigo 164: *Pelo processo simólico, o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor, para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.*

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

O Plenário é soberano, Exa. Peço reconsideração, porque há 2 pareceres.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Se V. Exa. me permitir, estou lendo o que diz o Regimento e, depois, V. Exa. pode fazer a consideração democraticamente.

Parágrafo Único. A votação será de modo inverso se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das comissões, pelo menos um voto contrário. Está aqui, dentro do Regimento. Pode ser reconsiderado, Deputado Mauro, o pedido de V. Exa. Peço que V. Exa. passe a solicitação por escrito, baseado na colocação do Deputado Carlos Simões, para que a Mesa possa rever. Dentro do Regimento não tem como colocar o projeto em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(**Assentimento**)

V. Exa. tem conduzido as Sessões desta Casa com extrema sabedoria. Tem sido praxe não se votar um projeto dessa importância, sem a presença do autor do projeto. As afirmações do Deputado Mauro Moraes, parece-me, são absolutamente procedentes, na medida em que V. Exa. poderia, sim, com base no nosso Regimento e na praxe que se estabeleceu nesta nossa Casa, da Presidência da Mesa, de não colocar o projeto em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Prezo muito pela imparcialidade e pelo Regimento, quando presido as Sessões. Vou fazer o seguinte, de coração e peço a compreensão: encaminhem uma solicitação para que seja revisto. Vou passar a presidência ao Deputado Nelson Justus e ele decidirá. Não vou voltar atrás. Permitam-me. Não posso fazer isso, senão vou rasgar o Regimento.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Exa., estamos vendo que a maioria é favorável ao projeto. Peço ao líder da minha bancada, que é majoritária nesta Casa, para fazer o requerimento por escrito e encaminhar ao Presidente Nelson Justus. Tenho certeza, que pelo bom senso, dignidade, integridade, lisura e honestidade, vai colocar em votação, porque ele sabe que a maioria desta Casa é favorável a este projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero dizer a V. Exa., que agora o microfone funcionou, porque o cabinho estava solto. O Deputado Carlos Simões iria fazer o encaminhamento para ajudar o Deputado Mauro Moraes.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade dos Alves da Lapa - AGRO-Alves, com sede e foro no município da Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/07, de 04/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 224/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade dos Alves da Lapa - AGRO-Alves, com sede e foro no município da Lapa.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da América de Baixo, América de Cima, Marumbi, Fartura e Pantanal - AMAMTANAL, com sede e foro na cidade de Morretes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/07, de 09/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de utilidade pública a Associação de Moradores da América de Baixo, América de Cima, Marumbi, Fartura e Pantanal - AMAMTANAL, com sede e foro no município de Morretes.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Passo a presidência ao nosso Presidente Nelson Justus. Desculpe, eu não havia verificado que o Presidente se encontrava aqui.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 921, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Proponho ao Deputado Ney Leprevost, para que possamos obter as informações através do encaminhamento de um ofício da liderança do governo e da Casa Civil, que por sua vez encaminhará à Secretaria da Saúde, para obter as informações desejadas pelo autor.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, este Deputado tem adotado como praxe atender a solicitação da liderança do governo, do Deputado Romanelli, quando ele pede para que os pedidos de informações sejam transformados em ofícios ao governo do estado. E vamos atender mais uma vez, nesta ocasião, essa sua solicitação, Deputado Romanelli, mas com a reivindicação que a Casa Civil responda com mais rapidez a esses pedidos de informações. Sabemos que o senhor tem, até por uma questão de hierarquia e de respeito - o que é uma postura peculiar na sua pessoa - de respeitar os colegas. O senhor tem encaminhado à Casa Civil para respostas e estamos tendo uma certa demora para receber as respostas da Casa Civil. Uma demora de até 10 ou 15 dias é algo aceitável, mas mais do que isso vai ficando demorado e, por exemplo, aquele pedido de informações em relação aos negócios do Paraná com a Venezuela, até agora não foi respondido pelo governo do estado.

Então, faço essa reivindicação a V. Exa., mas acato sua sugestão, sempre dando mais um voto de confiança a sua pessoa.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Retirado pelo autor o requerimento.

Requerimento nº 931, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Exa.

(Assentimento)

Exa., esse requerimento de autoria do Deputado Leprevost, quero dizer que é formulado politicamente, por conta, é claro, de eventuais divergências que temos tido. E quero dizer que encaminhamos pela rejeição, porque é um documento que visa única e exclusivamente causar desgaste político ao governo. Nenhuma relevância tem esse requerimento. Ele, na verdade, é um requerimento cuja matéria já está nos jornais, está sendo discutida, já foi fundamentado inclusive pelo Chefe da Casa Civil sobre a questão da dívida da prefeitura de Curitiba, já foi esclarecido pela Agência de Fomento e por isso encaminhamos que a bancada de base de sustentação do governo possa votar pela rejeição desse requerimento do Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, para encaminhar.

O pedido anterior de informações nós aceitamos essa proposta de que seja respondido por ofício, porque é um pedido técnico. Mas, esse segundo pedido de informações, realmente o Deputado Romanelli está coberto de razão, porque ele tem um espectro político, no sentido definido por Aristóteles de política, que é a arte do bem comum. Esse pedido quer o bem comum dos cidadãos curitibanos e visa esclarecer a nossa sociedade em relação a essa medida descabida do governo do estado, que cortou o repasse de recursos para a nossa capital, punindo os cidadãos curitibanos devido a uma briga que é do Governador e do Prefeito de Curitiba. O Governador, como Governador de todos os paranaenses, não pode brigar com os cidadãos da capital e quando é feito um corte no repasse de recursos, isso prejudica a todos os curitibanos, inclusive aqueles que votaram na última eleição no Sr. Governador Roberto Requião.

Então, queremos aqui, com esse pedido de informações, saber qual é o andamento dado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano aos repasses do Fundo de Desenvolvimento Urbano ao município de Curitiba, suspenso no ano de 2006 e o que motivou tal decisão por parte do governo do estado. Sempre destacando que esses valores são fundamentais para Curitiba, pois vários projetos dependem desses recursos, tais como pavimentação de ruas nos bairros, implantação deanel viário e recuperação de avenidas. Por isso o nosso pedido é para que seja aprovado o presente requerimento, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer que vou votar favorável ao requerimento do nosso eminente colega Deputado Ney Leprevost, porque não há nada que doa mais no coração de um Prefeito do que quando alguém lhe corta um direito. V. Exa. foi Secretário do Governador Jaime Lerner, eu me lembro, esteve em Ponta Grossa. E eu quando Prefeito, lá atrás, por ocasião da inauguração de uma empresa em Ponta Grossa, cobrei do Governador alguns compromissos que ele havia assumido em campanha com a cidade. E o Governador, a partir daquele momento, daquela cobrança e daquela discussão, fez exatamente o que este governo está fazendo com V. Exa. agora e com o Prefeito Beto Richa. O Governador Jaime Lerner determinou ao seu Secretário que suspendesse todos os recursos do Paraná Urbano para Ponta Grossa. E eu sofri na carne.

O dinheiro que era para vir para fazer obras, que V. Exa. acaba de falar, obras importantes para os bairros, obras importantes para a cidade, ficaram pela metade porque o Governador Jaime Lerner entendeu que a partir daquele momento, devido à briga política, devido ao Aristóteles que V. Exa. falou - eu não sou muito ligado, eu sou mais chegado ao Sr. Domingos, lá de Itaiacoca, um filósofo do interior, que é do povão - mas eu fiquei feliz em V. Exa. dizer que o atual governo está fazendo isso. Mas eu passei na pele o que o governo, hoje, o senhor diz que está fazendo com a cidade de Curitiba. E como tenho respeito pelo Prefeito Beto Richa, que foi nosso colega aqui, vou votar a favor para saber se realmente isso está acontecendo, porque não concordo com discriminação, porque o dinheiro é público, é um financiamento internacional, e isso pode fazer muito mal.

Quando se pega, Sr. Presidente, um governo que quer perseguir, se consegue proezas importantes. Naquela época, o então Governador conseguiu até uma fita e colocou na então Rede Globo dizendo que Ponta Grossa era a capital da corrupção, mas colocou porque tinha o mando da TV Globo naquela época e porque bancava mensalmente a Rede Globo de Televisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para colocar o nosso posicionamento, não como Líder da Oposição, agora como Presidente do PSDB, dizendo que este requerimento do Deputado Ney Leprevost justifica por que há um atraso de repasses dos recursos para o município de Curitiba, e seria importante sabermos quais são as razões que motivam esse atraso. Votaremos favorável ao requerimento do Deputado Ney Leprevost.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem assento nas suas bancadas para que possamos proceder a votação do requerimento.

Está em votação. Os Deputados favoráveis ao requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost, queiram levantar-se.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de pedir votação nominal do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em período de votação, Deputado Ney Leprevost, e esse pedido deveria ter sido feito por escrito. Por essa razão nós negamos o seu pedido e estamos procedendo a contagem.

Os Deputados favoráveis ao requerimento do Deputado Ney Leprevost, queiram levantar-se. Vinte e dois Srs. Deputados são favoráveis ao requerimento do Deputado Ney Leprevost.

Os Deputados contrários ao requerimento do Deputado Ney Leprevost, queiram levantar-se. Vinte e um Srs. Deputados são contrários.

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 946, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

O pedido do Deputado Marcelo Rangel é um pedido também muito bem fundamentado e com argumentos que, me parece, têm que ser respondidos pela Secretaria da Saúde.

Está aí o autor que, por acordo com a liderança do governo, possa retirar o requerimento para que possamos encaminhá-lo via liderança do governo para obter estas informações.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Existe a possibilidade de formular a leitura completa desse requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

(**Lê o requerimento**)

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Eu posso continuar, Sr. Presidente? ... Quando se dará a ampliação do teto de 345 AIHs - Autorização para Internamento Hospitalar, para 545 AIHs, que foi prometido pelo Sr. Secretário da Saúde, Sr. Cláudio Xavier, quando se dará a implantação de 5 novos leitos de UTI do referido hospital, conforme ofício do Secretário de Estado da Saúde em exercício, em 28 de dezembro de 2006, afirmando que os equipamentos estão à disposição da 3ª Regional de Saúde.

Estamos falando de inadimplência do governo do estado. O governo está devendo ao Hospital Bom Jesus, de Ponta Grossa, 940 mil 435.

Eu estou fazendo um pedido de informação para saber quando é que o governo do estado do Paraná vai efetuar o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa consulta aos Srs. Deputados se haverá a retirada do requerimento?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não. Eu não vou retirar o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados, o requerimento do Deputado Marcelo Rangel é realmente um requerimento importante. Realmente o Secretário Cláudio Xavier esteve em Ponta Grossa durante as proximidades das eleições e assumiu alguns compromissos: que colocaria as UTIs em funcionamento e que melhoraria alguns aspectos da saúde que temos em Ponta Grossa, hoje. Assumiu este compromisso e deixou de cumprir, como alguns outros compromissos que ele assumiu com outras cidades da região dos campos gerais.

Por isso eu acho importante votarmos este requerimento para esclarecer por que todo mês os hospitais estão recebendo atrasado as faturas e durante a campanha o Governador autorizou que a Expom fizesse radioterapia e quimioterapia em Ponta Grossa e o Secretário Cláudio Xavier, de uma forma estranha, induziu o governo ao erro dizendo que estava pagando uma conta que não estava pagando.

Quanto as UTIs, o Deputado Marcelo Rangel tem toda a razão. Lá em Ponta Grossa na 3ª Regional da Saúde, estão locadas UTIs paradas, Sr. Presidente, estão alojadas numa sala de 3ª Regional da Saúde cerca de 10 a 15 leitos de UTI que não estão funcionando porque a Regional da Saúde ainda não se acertou com alguns hospitais, devido a alguns problemas. Então, ou o governo está pagando aluguel para algo que não está funcionando ou se comprou essas UTIs que estão paradas.

Por isto, acho que o requerimento do Deputado Marcelo Rangel é de interesse do povo e deve ser votado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação.

Deputados favoráveis ao requerimento do Deputado Marcelo Rangel queiram levantar-se.

Vinte e um Srs. Deputados.

Deputados contrários ao requerimento queiram levantar-se.

Vinte e dois Srs. Deputados.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 948, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 953, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 955 e 956, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 963, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 969, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 979, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 980, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 958 e 959, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 960, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 962, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 971, de autoria da Sra. Deputada Cida Borgetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 954, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 985, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Cida Borghetti e demais Srs. Deputados da bancada da Oposição, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 981 a 984, de autoria dos Srs. Deputados Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados da bancada da Oposição, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Só uma questão de ordem, antes que V. Exa. encerre a Sessão. Só gostaria de fazer uma questão de ordem após os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há sobre a mesa Requerimento nº 986, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, que requer que o Projeto de Lei nº 087/07 seja novamente incluído na Ordem do Dia. O requerimento diz o seguinte:

(Lê o requerimento)

Passo a responder a questão de ordem de V. Exa. O requerimento de V. Exa. não pode ser deferido, porque não existe nada no Regimento Interno que proíba que seja votado o projeto do autor. Nada impede que o projeto volte a Casa com as 18 assinaturas dos Srs. Deputados. Indefiro o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

O Deputado Augustinho Zucchi estava no exercício da Presidência e ao invés de colocar...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu entendi. V. Exa. há de compreender o seguinte: jamais vou poder abrir um precedente desses nesta Casa. Vamos criar aqui um problema extremamente sério, já dei o encaminhamento para a questão. Amanhã se recolhe 18 assinaturas e se entra com o projeto novamente. O requerimento de V. Exa. eu tenho que indeferir. Não vou abrir um precedente como este.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Eu me inscrevi em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encareço, Deputado Jocelito, para o equilíbrio e bom senso de V. Exa. que abrisse mão ou prorrogasse, porque temos uma Sessão logo após essa, de pessoas que vieram de São Pedro do Ivaí para prestar homenagem a uma figura extraordinária daquela região. Estamos atrasados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Abro mão. O assunto é muito sério, quero falar da saúde, dos 180 milhões que foram gastos. Deixo para amanhã.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Só para comunicar aos Srs. Deputados que o Presidente da SANEPAR que viria na quinta-feira pela manhã, V. Exa. mudou para quinta-feira à tarde. Como alguns Parlamentares podem não ter conhecimento, gostaria só de lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Fiz questão de comunicar a imprensa e todos os Deputados vão receber amanhã por escrito. Quinta-feira haverá Sessão na parte da tarde e durante a Sessão de quinta-feira é que ouviremos o Secretário Stênio Jacob e

o Dr. Pedro Henrique Xavier, quinta-feira às 14h30. E pela manhã haverá uma homenagem dos 60 anos de fundação da APP, indicação do Deputado Péricles.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 042/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 021, 115, 120, 199 e 202/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 058/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 210, 212, 219, 224 e 229/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/07.

Levanta-se a Sessão.

